



02

Processo.....: 2014.6.001209-5 Prevento/Dependência:

Situação.....: DISTRIBUIÇÃO
Data Cadastro.....: 05/09/2014 10:49:14
Data do Movimento...: 05/09/2014 11:15:56
Assessor.....: GILIANE REGINA MAGALHAES NASCIMENTO
Corregedoria.....: CORREGEDORIA REGIAO METROPOLITANA
Classe.....: 7001 - CORREICAO - ORDINARIA

Fundamento/Objeto.....:

Relatório de Correição realizada pelo Juiz Corregedor no período de 05 a 07/08/2014

Envolvidos:

ORGÃO: JUIZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

Advogados....: {Sem Advogados}

INTERESSADO: JOAO LOURENCO MAIA DA SILVA - JUIZ

Advogados....: {Sem Advogados}

JUIZ CORREGEDOR: SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIA

Advogados....: {Sem Advogados}

Pz 19/11/14



33

PROVIMENTO 07/2008-CJRMB (ANEXO II)

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

LOCAL: 2ª VARA CÍVEL DE BELÉM

PORTARIA/EDITAL: 001/2014-CJRMB

PERÍODO: 05 a 07 de agosto de 2014.

JUIZ RESPONSÁVEL: Dr. SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA.

SECRETÁRIO DESIGNADO: PEDRO JOSÉ CÂMARA RODRIGUES.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Unidade Judicial: 2ª VARA CÍVEL DE BELÉM

1.2- Competência: CÍVEL E COMÉRCIO, INTERDITOS, AUSENTES E SUCESSÕES.

1.3- Juiz de Direito: Dr. JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA.

Período de exercício: desde abril/2012.

1.4- Quadro Funcional¹ (incluindo estagiários e conciliadores)

GABINETE:

Nome: RAFAEL DE SOUZA TAKAGI

Cargo: Assessor Jurídico

Ato nomeação: Portaria nº. 3063/2013 - data: 12/08/2013

Ato lotação: Portaria nº. 1032/2008 - data: 04/06/2008

Nome: FABIO JOSÉ COSTA E SILVA

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato nomeação: Portaria nº. - data: 24/04/2008

Ato lotação: Portaria nº - data: 08/09/2008

SECRETARIA:

Nome: OTAVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GAMA

Cargo: Diretor de Secretaria

Ato nomeação: Portaria nº 116/DFC/2011 - data: 06/02/2011

Ato lotação: Portaria nº 2851/2010 - data: 23/11/2010

Nome: LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Cargo: Analista Judiciário

Ato nomeação: Portaria nº 1991/2003 - data: 16/12/2003

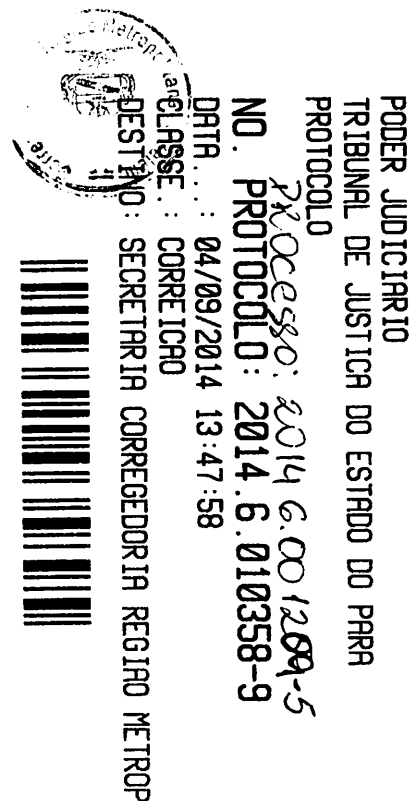
Ato lotação: Portaria nº - data: 04/05/2011

Nome: GERSON BRITO DA ROCHA

Cargo: Analista Judiciário

1

Nos casos de secretarias não estatizadas incluir informação sobre Data de contratação e o nº. da CTPS.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Ato nomeação: Portaria nº - data:

Ato lotação: Portaria nº - data:

Nome: **MARIA DO SOCORRO BELFORT**

Cargo: Analista Judiciário

Ato nomeação: Portaria nº - data: 14/06/2007

Ato lotação: Portaria nº - data: 09/02/2010

Nome: **MILANA DIAS QUARESMA**

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato nomeação: Portaria nº - data:

Ato lotação: Portaria nº - data:

1.5- Há voluntários atuando no gabinete e/ou secretaria?

☐ SIM

☒ NÃO

Identificar:

1.6- Caso positivo, quem autorizou a atuação dos voluntários? PREJUDICADO.

☐ Diretor do Fórum

☐ Juiz da Unidade Judiciária

☐ Diretor de Secretaria

1.7- Promotor de Justiça

Nome:

☒ Vinculado ☐ Designado

1.8- Defensor Público

Nome:

☐ Vinculado ☒ Designado

1.9- Complementações / sugestões / observações:

2 - INSTALAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1- Visão geral(espaço, mobiliário e equipamento de informática- anexando fotos)

☐ SATISFATÓRIO

☒ INSATISFATÓRIO

Justificar: O gabinete está localizado no segundo andar do prédio do Fórum Cível, em bom estado de conservação, possuindo ampla sala de audiências, sala do assessor e gabinete com banheiro. Os móveis e equipamentos estão em bom estado. Provido com cinco computadores, um notebook e duas impressoras. Na secretaria o espaço de trabalho é reduzido. As mesas são dispostas de maneira inadequada, proporcionando dificuldade de locomoção no ambiente. O espaço de atendimento é pequeno, sem refrigeração, gerando reclamações dos jurisdicionados e advogados. Para guarda do acervo possui dez armários grandes de duas portas cada e dois armários pequenos com duas portas cada, em bom estado de conservação. Os equipamentos de informática estão em bom estado e são em número suficiente ao trabalho desenvolvido. Provido com sete computadores, uma impressora multifuncional e uma laser.

2.2- Com que frequência há interrupção do serviço em razão de problemas técnicos nos equipamentos de informática?

☐ Diariamente

☐ Semanalmente

☒ Mensalmente

Especifique os problemas: sistema fora do ar, falha na internet ou processador lento.

2.3- As instalações possuem rampa e/ou elevador para a circulação de deficientes físicos?

☐ SIM

☒ NÃO

2.4- As instalações apresentam deficiências em relação a segurança do Fórum?

☒ SIM

☐ NÃO



He

Justificar: Não existe segurança ou qualquer meio de proteção no gabinete ou na secretaria.

2.5 - As instalações possuem guarda judiciária?

() SIM (X) NÃO

2.5.1 - Caso positivo, quem desempenha a função de guarda judiciário?

Justificar:

2.6- As instalações contam com o apoio da Polícia Militar?

() SIM (X) NÃO

De que forma?

2.7- Complementações / sugestões / observações:

- Oficie-se à Secretaria de Informática comunicando os problemas apontados pelo Diretor de Secretaria, relativo ao sistema fora do ar, falha na internet ou processador lento, para adoção de providências necessárias à solução.

3 - SECRETARIA JUDICIAL

3.1 - DA ORGANIZAÇÃO

3.1.1- O estado de conservação dos processos e pastas é:

(X) BOM () REGULAR () RUIM

Justificar:

3.1.2 - Os documentos e pastas são guardados/arquivados, observando-se critérios adequados a rápida localização?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.1.3 - Os processos estão adequadamente registrados com Tramitação Interna/LIBRA de forma a facilitar sua localização?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.1.4- Como é organizada a separação dos processos?

- () por tipo de ação;
(X) por tipo de movimentação (por exemplo: aguardando realização de audiência, aguardando expedição de mandado ou ofício, etc.);
() outro

Justificar:

3.1.5- É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.1.6- Em caso positivo preencher, com numeral crescente, a ordem de prioridade:

- (5) iniciais;
(4) por determinação do juiz
(1) pedidos de liminares e de antecipação de tutela;
(3) com audiência ou praça/leilão designados;
(2) idoso;
(6) por ordem cronológica
(7) por ordem de antiguidade do processo;
(8) outro

S

Q



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Especifique:

3.1.7- São identificados os processos que possuem prioridade legal para facilitar a tramitação?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.1.8- Existem expedientes recebidos e não respondidos?

☐ () SIM ☒ (X) NÃO

Justificar:

3.1.9- Os termos produzidos pela Secretaria são corretamente preenchidos e assinados (certidões, conclusões, vista, juntada, numeração de fls., etc.)?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.1.10- Existem modelos previamente estabelecidos para a produção de documentos comuns a Unidade Judicial?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.1.11- O local para guarda dos autos arquivados é adequado, com identificação e fácil localização?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.1.12- Complementações / sugestões / observações:

3.2 - DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES

3.2.1- Como é feita a divisão de tarefas entre os servidores?

☒ (X) Por expediente (por exemplo: o servidor X realiza a expedição de mandados e de cartas precatórias, o Y faz publicações, e assim por diante);

☐ () Obedecendo a numeração processual, ou seja, cada servidor se responsabiliza pela realização de todo o expediente de um processo (por exemplo: o servidor Z fica responsável pelos processos cuja numeração termina em 2 e 4...);

☐ () outro;

Identificar:

3.2.2- Como é suprida a ausência de servidor para a realização das tarefas a ele atribuídas?

☐ () por designação de outro

☒ (X) por distribuição das tarefas entre os demais servidores

☐ () outro

Identificar:

3.2.3 – Os servidores/funcionários da secretaria e os estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar o LIBRA/SIJE?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.2.4 - Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores?

☐ () SIM ☒ (X) NÃO

Justificar:

3.2.5- Complementações / sugestões / observações:



3.3 - DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

3.3.1- Os idosos e os portadores de necessidades especiais recebem atendimento prioritário?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.3.2- São observadas as restrições legais quanto às ações que tramitam em segredo de justiça?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.3.3- Há servidor designado para atendimento ao público?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.3.4- Quando os autos de um determinado processo não são localizados imediatamente na secretaria, qual o prazo informado para o retorno do interessado?

☐ () 1 dia
☐ () 7 dias
☐ () 15 dias
☒ (X) 03 dias

3.3.5- Os servidores atendem as partes sem advogados?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

3.3.6- Complementações / sugestões / observações:

3.4 - DA AUTUAÇÃO

3.4.1- As iniciais são autuadas no prazo de 24 horas?

☐ () SIM ☒ (X) NÃO

Justificar em caso negativo, informando o tempo médio de autuação: Segundo o Diretor, a desproporção entre a demanda de processos e a quantidade de servidores impede a autuação em 24 horas. Geralmente a autuação acontece de 03 em 03 dias. A Vara recebe, em média, 08 petições iniciais diariamente.

3.4.2- Número de iniciais pendentes de autuação? 66 iniciais

3.4.3- A Secretaria procede a complementação, manutenção e atualização da qualificação das partes e advogados, no LIBRA/SIJE?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.4.4- No caso dos processos de natureza penal está sendo efetuado o registro com a informação da filiação, conforme o caso, dos sujeitos passivos dos feitos, além dos demais dados de qualificação?

☐ () SIM ☐ () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.4.5- Há identificação visual nas capas dos processos visando agilidade e prioridade aos procedimentos, tais como "segredo de justiça", "réu preso" e outras de maior relevância?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.4.6- Complementações / sugestões / observações:

-As petições iniciais devem ser autuadas no prazo de 24 horas, e encaminhadas conclusos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

considerando que a quantidade média ingressada não justifica o tempo de autuação atualmente executado.
-O Diretor de Secretaria deve realizar a autuação e remessa ao gabinete das 66 iniciais pendentes desse ato.

3.5 - JUNTADA DE PETIÇÕES/OFÍCIOS

3.5.1- A juntada de petições e expedientes (ofícios, memorandos, etc) é feita no prazo de 48horas?

(X) SIM () NÃO (informar o tempo médio de juntada e número de petições pendentes)

Justificar: a secretaria possui aproximadamente 350 petições pendentes de juntada, de anos anteriores, cujos processos já se encontram arquivados.

3.5.2- É realizada a triagem das urgências pelo Diretor de Secretaria, para a efetiva prestação jurisdicional?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.5.3- Alertado pelo sistema LIBRA sobre a pendência de juntada de petições, o servidor efetiva imediatamente a juntada?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.5.4- É observado o prazo de cinco dias para juntada dos documentos originais quando as petições são recebidas na secretaria via fac-símile ou outro similar?

() SIM (X) NÃO

Justificar: O Fórum Cível possui Setor de Protocolo, devido a isso a Secretaria não recebe petições via fax ou qualquer outro meio.

3.5.5- Complementações / sugestões / observações:

- Com relação às petições e documentos pendentes de juntada, cujos processos já se encontrem sentenciados e/ou arquivados, o Diretor de Secretaria deve certificar esta situação e encaminhar documento ao Juiz da Vara, requerendo o arquivamento em bloco dessas petições/documentos que, deferido, deve ser solicitado à Secretaria de Informática, através dos e-mails stis@tjpa.jus.br com cópia para dad@tjpa.jus.br, a devida baixa no sistema.

3.6 - DA CARGA e DEVOLUÇÃO DE AUTOS

3.6.1- Existem processos fora da secretaria por prazo superior ao legal?

(X) SIM (neste caso anexar relatório gerencial de processos não devolvidos)
() NÃO

Justificar: de acordo com o relatório apresentado, observa-se uma grande quantidade de processos em poder de advogados há mais de 60 dias, destacando-se o processo nº 0003785-81.1998.8.14.0301 que consta como fora da secretaria há mais de 13 anos. Deve o Diretor de Secretaria realizar a cobrança dos processos fora da secretaria com prazo de devolução expirado, para a devida restituição, e adotar prática mensal de análise do relatório dos processos nessa condição.

3.6.2- O Diretor de Secretaria faz a análise mensal do relatório dos processos com tramitação em aberto para terceiros a mais de 60 dias (Provimento 01/2007-CJRM, art. 17, § 3º)?

() SIM (X) NÃO

Identificar:

3.6.3- Qual o meio de cobrança utilizado?

(X) via publicação;
() busca e apreensão, caso a mera publicação não surta efeitos;
() pessoalmente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Ok

- () informal (telefone, e-mail, pessoalmente...)
() outro

3.6.4- Nos processos com vista a terceiros, a carga é feita:

- () em livro;
(X) no LIBRA/SIJE;
() no LIBRA/SIJE e no livro;
() eventualmente, o advogado ou estagiário retira os autos da Secretaria sem a devida carga.

Justificar:

3.6.5 - Está sendo observada a habilitação nos autos no momento da retirada dos mesmos da Secretaria?

- (X) SIM () NÃO

Justificar:

3.6.6- O Advogado faz carga do processo fora do prazo de vista?

- () SIM (X) NÃO

Justificar:

3.6.7- A carga para fotocópia é realizada:

- (X) retendo-se a carteira da OAB do advogado ou estagiário;
() retendo-se a carteira de identidade da parte ou terceiro interessado;
(X) em livro;
() no LIBRA/SIJE;
() no LIBRA/SIJE e no livro;
() outro:

Identificar:

3.6.8- Processos na fase de cumprimento de diligência são retirados em carga?

- () SIM (X) NÃO

Justificar:

3.6.9- O conteúdo dos autos dos processos é conferido por ocasião da devolução?

- (X) SIM () NÃO

Justificar:

3.6.10- Complementações / sugestões / observações:

- O Diretor de Secretaria deve realizar a cobrança dos processos em poder de advogados, com prazo de devolução expirado, e adotar prática mensal de análise do relatório de processos nessa condição.
- Com relação a saída dos autos da secretaria para extração de cópia, é vedada a retenção da carteira da OAB-PA ou qualquer outro documento do advogado, conforme manifestação da CJRMB, no expediente nº 2012.6.000459-9 (cópia anexa), devendo o Diretor conceder carga dos autos na modalidade "CARGA RÁPIDA", com anotação do endereço e telefone do advogado.

3.7 - AUDIÊNCIAS

3.7.1- Todas as audiências designadas são cadastradas e ACOMPANHADAS pela Secretaria no sistema LIBRA/SIJE, observado o enquadramento dos tipos de audiência?

- (X) SIM () NÃO

Justificar:

3.7.2- Nos termos de depoimentos, as testemunhas e declarantes são devidamente qualificados?

- (X) SIM () NÃO

Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

3.7.3- Nas audiências de oitiva dos réus é realizada a correta e inequívoca qualificação?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.7.4- Realizada a qualificação completa do réu com o registro do histórico da parte no LIBRA é alterado quando cabível?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.7.5- É feito o devido registro do motivo de não realização de audiência no campo OBSERVAÇÃO do Sistema LIBRA?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.7.6- Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a mesma seja efetivamente realizada?

Informar e justificar: 1 ano.

3.7.7- Quantas audiências são marcadas por dia e para que mês/ano a última audiência foi marcada?

Justificar: uma audiência por dia quando se trata de instrução e julgamento (procedimento ordinário), de 5 a 7 quando se trata de procedimento sumário e/ou curatela/interdição. A última audiência está marcada para o dia 18/06/2015.

3.7.8- Complementações / sugestões / observações:

3.8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.8.1- Todos os atos processuais são lançados no Sistema LIBRA/SIJE?

☐ () SIM ☒ (X) NÃO

Justificar: Algumas certidões são expedidas de próprio punho ou através de carimbo.

3.8.2- O apensamento de autos é devidamente lançado no LIBRA/SIJE?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.8.3- Não havendo mais possibilidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.8.4- Os autos são feitos conclusos no prazo de 24 horas?

☐ () SIM ☒ (X) NÃO

Justificar, em caso negativo, informando o tempo médio para conclusão e o número de processos fora deste prazo: A conclusão é feita em lotes, sendo estes preparados em torno de duas vezes por semana.

3.8.5- O cadastramento dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo:

☒ (X) Gabinete do Juiz ☐ () Secretaria

Outro:

3.8.6- Existem processos cujas páginas não estejam devidamente rubricadas e assinadas, inclusive os apensos?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

27

3.8.7- Identificar 10 processos para confirmação da resposta do item 3.8.6.

Nº do Processo	Situação observada	Observação
199910110098	O processo está regularmente numerado até a folha 78. Falta a folha 79, pois a numeração segue com a página 80. Falta numerar a última folha dos autos	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.
0037266-44.2011.814.0301	O processo está com duas folhas 32 e numerado até a folha 43. As seis últimas folhas dos autos não estão numeradas.	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.
2009.1.115260-7	Regular	
2000127473-7	Falta a folha 39 dos autos	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.
0010062-88.2012.814.0301	Entre as folhas 22 e 23, existe uma lauda sem numeração.	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.
0011792-39.2004.814.0301	Os autos estão regularmente numerados até a fl. 59, passando para a fl. 67 e prosseguindo com a numeração 68, 69. Depois da fl. 221, passa para a fl. 223. Depois da fl. 254, passa a numeração para 155 e seguem, 156, 157...	O Diretor de Secretaria deve corrigir a irregularidade procedendo a renumeração das folhas e certificando nos autos.
0029057-52.2012.814.0301	Os autos estão numerados até a folha 17. As 03 últimas laudas não estão numeradas.	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.
0023883-62.2012.814.0301	Regular	
2010.1025569-9	O processo está devidamente numerado até a folha 24. Entre a folha 24 e 25, existe uma lauda sem numeração.	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.
1999.1007459-3	Processo regularmente numerado até a folha 15, em seguida a numeração segue com a página 14. As 04 últimas laudas dos autos não estão numeradas.	O Diretor de Secretaria deve sanar o equívoco apontado.

3.8.8- A Secretaria realiza o cadastro de todas as movimentações internas do processo através do módulo de tramitação interna?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.8.9- A Secretaria dispõe no LIBRA/SIJE de tabela de locais internos, visando a otimização de espaço físico e agilidade na localização dos processos?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.8.10- Quando há substituição do magistrado, é realizada a troca dos nomes no Sistema LIBRA para a correta identificação do prolator da sentença/decisão/despacho?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.8.11 - Como se dá o controle dos presos provisórios? (Resolução nº 66/2009-CNJ) - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e tribunais, dos procedimentos relativos à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.12- A Secretaria Judicial mantém lista atualizada de presos provisórios?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.13- Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema LIBRA /SIJE obedecendo ao Provimento 01/2007-CJRM? (Institui a obrigatoriedade e estabelece procedimentos de utilização do SAP XXI).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.14- É informado no Sistema LIBRA a data da prisão e da soltura?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.15- A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do juízo?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.16- A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.17- A sentença criminal transitada em julgado, em caso de condenatória, é comunicada à Justiça Eleitoral?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.18- A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.19- Os dados completos da sentença são devidamente informados no LIBRA, inclusive verificando se o enquadramento da denúncia foi alterado, para a regular expedição da Guia de Execução da Pena?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.20- Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.8.21- Em caso afirmativo como é feito o controle

- () por meio de caderneta
() por meio de assinatura em livro
() outro

Identificar: PREJUDICADO.

3.8.22- Os atos processuais ordinatórios estão sendo devidamente cadastrados?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.8.23- Exame de 10 processos por amostragem (quanto à regularidade dos atos processuais)

N.º do processo	Data da última movimentação	Observações quanto ao exame
0006103-13.1997.814.0301	02.04.2014	Processo paralisado há 04 meses, pendente de apreciação do pedido de avaliação do bem penhorado. Os autos se encontram com a numeração das folhas desordenadas. O Diretor de Secretaria deve proceder a regularização da numeração das folhas. Os autos devem ser despachados imediatamente.
0038678.2013.814.0301	07.11.2013	Processo concluso desde 07.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

08

0005749-40.2011.814.0301	12.11.2013	Processo concluso desde 12.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.
0027483-57.2013.814.0301	06.11.2013	Processo concluso desde 06.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.
0054792-24.2011.814.0301	16.04.2014	Petição pendente de apreciação desde 16.04.2014. O Diretor de Secretaria deve encaminhar os autos conclusos imediatamente.
00204474-85.2004.814.0301	11.11.2013	Processo concluso desde 11.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.
200310086580	23.10.2013	Petição pendente de apreciação desde 23.10.2013. O Diretor de Secretaria deve encaminhar os autos conclusos imediatamente.
0025965-32.2013.814.0301	07.11.2013	Processo concluso desde 07.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.
0018641-77.2006.814.0301	11.11.2013	Processo concluso desde 11.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.
0050088-31.2012.814.0301	11.11.2013	Processo concluso desde 11.11.2013, ou seja, há quase 09 meses sem despacho, em gabinete. O processo deve ser despachado imediatamente.

3.8.24- Complementações / sugestões / observações:

- O Diretor de Secretaria deve encaminhar os processos conclusos diariamente, uma vez que processos nessa condição, em secretaria, por prazo superior a 24 horas, configura pré-conclusão, prática proibida pelo Conselho Nacional de Justiça.
- O Magistrado e o Diretor de Secretaria devem dar cumprimento às recomendações constantes do item 3.8.7, no que lhes competir.
- Deve ser dado cumprimento às recomendações constantes do item 3.8.23.

3.9 - DA CARTA PRECATÓRIA

3.9.1- As cartas precatórias juntadas são devidamente lançadas no Sistema LIBRA/SIJE, informando sobre o seu cumprimento e a indicação do Juízo Deprecado, de acordo com o disposto no art. 27, do Provimento 01/2007-CJRMB?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.9.2- Existem processos com Cartas Precatórias expedidas e ainda não devolvidas e cujas reiterações devam ser feitas?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.9.3- Em caso afirmativo, identificar os processos, data de expedição, o juízo deprecado, outras observações e providências(se for o caso)?

N.º do processo	Data de expedição	Juízo deprecado	Observação
2009.1.48882-1	12/05/2014	Irituia-PA	-CP de busca e apreensão encaminhada ao Juízo Deprecado em 15/05/2014. - Aguardando devolução. - Ainda no prazo de cumprimento.
0053464-88.2013	07/05/2014	Salvador-BA	-CP de citação, encaminhada ao Juízo Deprecado em 16/05/2014. - Solicitar informações ao Juízo Deprecado acerca do cumprimento da Carta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

0026427-57.2011	06/02/2012	Bragança-PA	-CP de citação encaminhada ao Juízo Deprecado em 16/02/2012. -Ofício do Juízo Deprecado solicitando pagamento de custas da CP, datado de 19/09/2013. -Guia de depósito expedida em 06/08/2013. -Despacho datado de 16/10/2013, determinando ao autor o pagamento das custas de cumprimento da CP. -Comprovante do pagamento de custas efetuada em 30/10/2013. -Comunicar ao Juízo Deprecado o pagamento das custas, com urgência.
0002483-55.2013	31/01/2014	Ananindeua-PA	-CP de busca e apreensão encaminhada ao Juízo Deprecado em 11/02/2014. -Ofício do Juízo Deprecado, datado de 24/04/2014, solicitando o pagamento das custas de cumprimento da CP. -Despacho datado de 24/02/2014, determinando ao autor o pagamento das custas. -Guia expedida em 09/06/2014. -Comprovante do pagamento das custas efetuada em 11/06/2014. -Comunicar ao Juízo Deprecado o pagamento das custas.
0050941-06.2013	04/02/2014	Ananindeua-PA	-CP de citação encaminhada ao Juízo Deprecado em 11/02/2014. -Ofício do Juízo Deprecado, datado de 24/04/2014, solicitando o pagamento das custas de cumprimento da CP. -Despacho datado de 07/05/2014, determinando ao autor o pagamento das custas. -Certificar a publicação do despacho e quanto ao pagamento das custas.
0009051-87.2013	18/02/2014	Barcarena-PA	-CP de citação. -Não consta nos autos informação de encaminhamento da CP. -O Diretor de Secretaria deve informar nos autos o envio da CP e adotar as providências necessárias ao seu cumprimento.
0015137-74.2013	31/01/2014	Ananindeua-PA	-CP de citação enviada ao Juízo Deprecado em 11/02/2014. -Solicitar informações junto ao Juízo Deprecado sobre o cumprimento da carta.
0006006-41.2014	23/04/2014	Portel-PA	-CP de citação enviada ao Juízo Deprecado em 05/04/2014. -Solicitar informações junto ao Juízo Deprecado sobre o cumprimento da carta.
0001915-22.1998	12/05/2014	Monte Alegre-PA	-CP de citação enviada ao Juízo Deprecado em 15/05/2014. -Ofício ao Juízo Deprecado, datado de 09/06/2014, solicitando a retificação do nome do executado, encaminhado em 16/06/2014. -Ainda no prazo de cumprimento.
2005.1.044749-1	05/04/2011	Ananindeua-PA	-CP de citação. -Consta cópia da CP anexada à contracapa do processo. -Comprovante do pagamento das custas efetuada em 19/04/2011. -Não há nos autos informação acerca do envio da CP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

39

			-O Diretor de Secretaria deve informar nos autos o envio da CP e adotar as providências necessárias ao seu cumprimento, com urgência.
--	--	--	---

3.9.4- Existem Cartas Precatórias recebidas e ainda não devolvidas, com prazo excedido?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO. O Fórum Cível possui Vara específica de Cartas Precatórias.

3.9.5- Em caso afirmativo, identificar processos data de recebimento e o juízo deprecante e as medidas tomadas?

N.º do processo	Data da distribuição	Juízo deprecante	Observação

3.9.6- O Diretor de Secretaria solicita informação sobre a Carta Precatória, transcorridos 30 dias da postagem?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.9.7- Não ocorrendo o preparo em 30 dias, o Diretor de Secretaria devolve ao juízo de origem identificando o motivo e o valor das custas não pagas?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.9.8- Ocorrendo a devolução da Carta ao Juízo Deprecante por falta de preparo, o Diretor de Secretaria comunica a distribuição para o respectivo cancelamento?

() SIM (X) NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.9.9- Complementações / sugestões / observações:

- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constante do item 3.9.3, e adotar rotina mensal de análise dos processos com Cartas Precatórias expedidas.

3.10 - DOS PRAZOS

3.10.1- Os prazos para realização dos atos processuais a cargo da Secretaria são cumpridos (art. 190, CPC)?

() SIM (X) NÃO

Justificar: Segundo o Diretor de Secretaria, resta impossível concluir autos em 24 horas, devido a escassez de servidores e ao grande volume de trabalho.

3.10.2- Com que frequência os prazos vencidos são verificados pela Secretaria?

- () diariamente;
(X) semanalmente;
() quinzenalmente;
() mensalmente;
() não existe forma regular;

Outro:

3.10.3- Quais os meios utilizados para verificação dos prazos:

- () através do relatório de feitos paralisados há mais de 60 dias
(X) pela simples conferência dos processos nos escaninhos
() outro (especificar)

Justificar:

3.10.4- Identificar 10 processos para a conferência dos prazos

Nº do Processo	Prazo para o ato	Observação
2004.1030661-4	Petição pendente de apreciação	Encaminhar os autos conclusos imediatamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

	desde 28.05.2014	
0011000-64.2006.814.0301	Processo em gabinete desde 05.06.2012 para despacho.	O processo deve ser despachado imediatamente.
2007.1.083396-1	Processo desde 27.12.2012 paralisado.	Encaminhar os autos conclusos imediatamente. Necessita de despacho imediato.
2008.1.097447-5	Processo desde 31.05.2012 paralisado.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há mais de dois anos.
2007.1.035591-5	Processo desde 28.05.2012 paralisado.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há mais de dois anos.
0012546-05.2011.814.0301	Processo desde 04.12.2012 paralisado.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há quase dois anos.
001449834.2006.8140301	Processo desde 28.05.2012 paralisado.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há quase dois anos.
0054810-45.2011.814.0301	Processo desde 11.06.2012 paralisado.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há mais de dois anos.
0058080-77.2011.814.0301	Processo paralisado desde 05.06.2012.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há mais de dois anos.
0058214-07.2011.814.0301	Processo paralisado desde 05.06.2012.	Processo deve ser despachado imediatamente, haja vista estar paralisado há mais de dois anos.

3.10.5- Complementações / sugestões / observações:

Observou-se a falta de gestão no controle dos prazos processuais, cuja metodologia atualmente praticada inviabiliza o controle dos processos nessa condição, retardando a prestação jurisdicional, devendo ser adotada outra forma de organização com vista a otimizar o serviço e torná-lo eficiente e objetivo.

-O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constantes do item 3.10.4.

3.11 - DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA E DOS MANDADOS

3.11.1- Os Oficiais de Justiça cumprem os mandados no prazo devido?

() Raramente

() Eventualmente

(X) Frequentemente

3.11.2- O Diretor de Secretaria intima os Oficiais de Justiça para a restituição dos mandados devolvidos no prazo legal?

() SIM

(X) NÃO

Justificar: O Diretor entra em contato via telefone com a chefe da Central de Mandados, solicitando a devolução de mandado ou comparecimento do meirinho na secretaria.

3.11.3- Identificar os Oficiais de Justiça, os processos e as medidas adotadas nos casos de retardamento da prestação jurisdicional em razão do não cumprimento do mandado?

Oficial de Justiça	Nº do processo	Observação
	0012487.20.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0008532.78.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0004946.33.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0060020.09.2013.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0023346.95.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0020205.68.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0038036.03.2012.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

	0022299.86.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0015176.37.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.
	0015652.75.2014.814.0301	Mandado encaminhado à Central de Mandados em 01.08.14. Mandado no prazo regular de cumprimento.

3.11.4- Está havendo retardamento da prestação jurisdicional por atraso na devolução dos Avisos de Recebimento – AR no prazo?

() Raramente () Eventualmente (X) Frequentemente

3.11.5- É observada a expedição de mandados pelo Diretor de Secretaria conforme previsão do Provimento 006/2006-CRMB? (Disciplina a prática de atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório, delegados pelo juízo).

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.11.6- Complementações / sugestões / observações:

-Oficiar a Secretaria de Administração, comunicando retardamento na devolução dos Avisos de Recebimento expedidos pela secretaria.
-Analisando o relatório de mandados em poder dos Oficiais de Justiça há mais de 30 dias, observa-se que constam mandados nessa condição há mais de três anos, devendo o Diretor de Secretaria realizar busca dos autos correspondentes, relativos aos mandados descritos a partir da folha 2 do citado relatório, para identificar a veracidade da informação, pois, presumidamente, já devem estar juntados aos autos em razão do longo prazo identificado. Entretanto, caso constate que algum mandado ainda permaneça em poder de Oficial de Justiça, com prazo excessivamente longo, comunique a Corregedoria para adoção das providências correspondentes.

3.12 - DAS ARMAS, DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS VINCULADOS A PROCESSOS

3.12.1- Está sendo efetivamente cumprido o Provimento 06/2008-CJRMB? (Dispõe sobre a destinação de armas de fogo e munições apreendidas em inquéritos policiais, processos ou procedimentos criminais e dá outras providências).

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.12.2- Existe local seguro na Secretaria para guarda provisória de armas e munições vinculadas a processo?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.12.3- Onde são recebidos os bens móveis apreendidos/penhorados?

() Distribuição
() Secretaria
(X) Depósito Público
() Outro

3.12.4- A quem compete o depósito e a guarda dos bens móveis apreendidos/penhorados?

() ao Diretor do Fórum
() ao Diretor de Secretaria
(X) ao Depósito Público
() Outro

3.12.5- Quando o bem móvel é encaminhado ele é previamente identificado de forma adequada?

(X) SIM () NÃO

Justificar: na certidão do Oficial de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

3.12.6- São devidamente inventariados no Sistema LIBRA/SIJE e/ou em livro próprio?

() SIM (X) NÃO

Justificar: nos autos.

3.12.7- É feita anotação na contracapa dos autos acerca os bens móveis e imóveis apreendidos/penhorados sob guarda?

() SIM (X) NÃO

Justificar:

3.12.8- Onde é realizado o registro da destinação dada para os bens móveis?

() No LIBRA
(X) Nos Autos
() Em livro próprio
() Outro

3.12.9- As armas de fogo, acessórios e/ou munições apreendidos estão sendo submetidos a exame pericial?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.12.10- Qual o número de processos paralisados aguardando laudo pericial?

Justificar apresentando relatório: nenhum

3.12.11- Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável de retorno do laudo pericial?

Providência adotada: Intimação do perito.

3.12.12- Foram observados Inquéritos Policiais, procedimentos ou processos criminais arquivados sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.12.13- Em caso positivo, identifique?

N.º do processo	Arma/Objeto vinculado	Observação

3.12.14- Que medidas são adotadas quando os bens apreendidos/penhorados são de fácil deterioração?

Ainda não ocorreram situações dessa natureza na secretaria.

3.12.15- Está sendo observada a Resolução 12/2001-GP(Conta Única) quanto a destinação de pecúnia? (Dá nova redação ao art. 2º da Resolução 002/97-GP).

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.12.16- Após a realização do Leilão, é feita a baixa no LIBRA?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.12.17- Exame de 10 processos por amostragem (quanto a vinculação de bens móveis ou imóveis a processos)

N.º do processo	Data da última movimentação	Observações quanto ao exame
1992.110025608	02/07/2012	-Penhorado o apto. nº 804, do Ed. Monsenhor Azevedo, localizado na Av. Conselheiro Furtado, nº 290. -Processo paralisado desde 02/07/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

33

		-Processo conclusos, desta forma os autos devem ser despachados imediatamente a fim de regularizar o andamento do feito.
0028569-25.2007	30/07/2014	-Indicado em 27/02/2014, pelo exequente, à penhora, o imóvel de nº 2 do loteamento Minas Gerais, na margem da Rodovia BR-316, hipotecado ao exequente. -Despacho de 30/07/2014, determinando ao autor o pagamento das custas de expedição do mandado. -Aguardando decurso do prazo.
0026584-59.2013	16/07/2014	-Realizada a penhora do automóvel Corolla XEI, ano 2013, Azul, placa OFS-7104, em 11/09/2013. -Processo com andamento regular.
0012459-28.1996	30/06/2014	-Realizada penhora do terreno constituído dos lotes 82 e 83, quadra B, do loteamento Az de Ouro, localizado na margem esquerda da Rod. BR-316, Km. 7, Ananindeua, com 1.200m² de área, hipotecado ao exequente. -Carta Precatória à Comarca de Ananindeua, expedida em 26/02/2014, para realização de praça, sem informação de remessa à Comarca Deprecada. -Manifestação do exequente, de prosseguimento da ação, datada de 30/06/2014. - Processo conclusos, desta forma os autos devem ser despachados imediatamente a fim de regularizar o andamento do feito.

3.12.18- Complementações / sugestões / observações:

- Deve ser dado cumprimento às recomendações constante do item 3.12.17.

3.13 - DAS CUSTAS E DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

3.13.1- Existem processos com depósito judicial?

(X) SIM (anexar relatório) () NÃO

Justificar:

3.13.2- É juntado aos autos o boleto, relatório e a conta do processo?

() Apenas o boleto
() Apenas a conta
(X) Os dois
() Nenhum

3.13.3- Exame de 10 processos por amostragem (quanto a regularidade dos depósitos judiciais). ATENÇÃO: Apresentar extrato das contas desses processos.

N.º do processo	Data do último depósito	Observações quanto ao exame
0030769.28.2009.8 14.0301	05.11.2010	Comprovante de abertura de subconta n. 09.111.1097-2, em 05.10.2009 (fl. 39). Valor inicial: R\$-2.191,20 (05.10.2009). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.193,25, efetuado em 05.11.2009 (fl. 44). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.194,60, efetuado em 07.12.2009 (fl. 79). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.201,02, efetuado em 07.01.2010 (fl. 81). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.203,20, efetuado em 04.02.2010 (fl. 85). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.217,27, efetuado em 05.03.2010 (fl. 87). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.225,26, efetuado em 05.04.2010 (fl. 89). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.242,04, efetuado em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

		05.05.2010 (fl. 91). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.266,90, efetuado em 02.06.2010 (fl. 94). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.301,90, efetuado em 05.07.2010 (fl. 96). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.327,07, efetuado em 05.08.2010 (fl. 98). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.337,27, efetuado em 03.09.2010 (fl. 100). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.497,52, efetuado em 04.10.2010 (fl. 102). Comprovante de depósito no valor de R\$-2.345,46, efetuado em 05.11.2010 (fl. 104). Saldo da subconta: R\$-41.952,35
0003466.85.2010.8 14.0301	05.02.2010	Comprovante de abertura de subconta n. 10.001.1211-6, em 05.02.2010 (fl. 76). Valor inicial: R\$-33.475,00 (comprovante de depósito às fls. 78). Saldo da subconta: R\$-44.880,31
0003355.79.2011.8 14.0301	19.04.2011	Comprovante de abertura de subconta n. 11.801.1820-0, em 15.11.2011 (fl. 16). Valor inicial: R\$-1.860,00 (comprovante de depósito às fls. 17). Saldo da subconta: R\$-2.307,49
0002795.66.2011.8 14.0301	14.03.2011	Comprovante de abertura de subconta n. 11.801.1669-0, em 11.03.2011 (fl. 21). Valor inicial: R\$-8.000,00 (comprovante de depósito às fls. 17). Saldo da subconta: R\$-9.981,60
0026640.33.2010.8 14.0301	21.07.2011	Comprovante de abertura de subconta n. 11.811.1264-0, em 13.07.2011 (fl. 103). Valor inicial: R\$-2.725,00 (comprovante de depósito às fls. 108). Saldo da subconta: R\$-3.315,85
0025213.87.2010.8 14.0301	27.05.2011	Comprovante de abertura de subconta n. 11.811.1020-7, em 25.05.2011 (fl. 65). Valor inicial: R\$-36.578,32 (comprovante de depósito às fls. 69). Saldo da Subconta: R\$-45.078,05
0011454.09.1996.8 14.0301	08.07.2011	Comprovante de abertura de subconta n. 11.811.1238-2, em 07.07.2011 (fl. 264). Valor inicial: R\$-35.918,80 (comprovante de depósito às fls. 266). Saldo da subconta: R\$-43.650,18
0044000.27.2009.8 14.0301	18.01.2011	Comprovante de abertura de subconta n. 11.801.1471-1, em 18.01.2011 (fl. 161). Valor inicial: R\$-1.080,00 (comprovante de depósito às fls. 170). Saldo da subconta: R\$-2.706,97

3.13.4- Nas ações cíveis, é feita a regular apuração e cobrança das custas finais antes da sentença?

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar: Salvo quando o juiz sentencia em audiência, fato que ocorre com frequência.

3.13.5- Nas ações penais privadas, é observada a obrigatoriedade de recolhimento de custas iniciais?

☐ () SIM ☐ () NÃO

Justificar: PREJUDICADO.

3.13.6- Caso as custas finais não sejam pagas, é feita, pelo Diretor de Secretaria a notificação pessoal para pagamento do débito? (art. 17, § 2º, da Lei Estadual nº 5.738/93)

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar:

3.13.7- Após notificação pessoal, persistindo o inadimplemento das custas é emitida certidão para remessa à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual para inscrição em dívida ativa e a respectiva cobrança judicial? (art. 17, §1º e § 3º, da Lei Estadual nº 5.738/93)

☒ (X) SIM ☐ () NÃO

Justificar: Por enquanto os autos estão sendo tramitados para uma caixa para expedir certidão da dívida ativa.

3.13.8- A Coordenadoria de Arrecadação é informada da inscrição em dívida ativa e a respectiva cobrança judicial?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

12

() SIM (X) NÃO

Justificar:

3.13.9- Os procedimentos de Depósitos Judiciais estão sendo realizados por meio do Sistema Informatizado de Depósito Judicial – SDJ?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.13.10- Como e em quanto tempo são encaminhadas as cópias dos Alvarás de saque para Coordenadoria de Depósito Judicial para efeito de liberação financeira?

Justificar: No mesmo dia da entrega do alvará à parte interessada.

3.13.11- Existem quantos processos com Depósitos Judiciais sem movimentação a mais de três anos?

Relacione:

3.13.12- Está sendo observado o § 2º do Art. 2º da Lei Estadual 6.750/05?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.13.13- Complementações / sugestões / observações:

-O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento ao art. 17, §1º e § 3º, da Lei Estadual nº 5.738/93, referido no item 3.13.7, e comunicar a Coordenadoria de Arrecadação para as providências correspondentes.

3.14 - DA BAIXA, ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO DE AUTOS

3.14.1- A baixa do processo, no Sistema LIBRA, nos casos do art. 12 do Provimento 01/2007-CJRMB, é certificada ou identificada nos autos?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.14.2- Os feitos transitados em julgado são cadastrados nos movimentos do LIBRA, discriminados pelo art. 25 do Provimento 01/2007-CJRMB?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.14.3- Há recolhimento de custas sobre desarquivamento nos feitos NÃO amparados pela assistência judiciária?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.14.4- Há local específico para guarda de autos enquanto permanecem em secretaria aguardando a remessa ao setor competente?

(X) SIM () NÃO

Identifique: (X) Armário () Estante aberta () No chão
() Fora da secretaria () Outro

3.14.5- Complementações / sugestões / observações:

3.15 - PUBLICAÇÃO

3.15.1- A resenha para publicação é feita diariamente observando a Resolução 06/2005-GP?(Estabelece normas para publicações no Diário da Justiça e dá outras providências).

() SIM (X) NÃO

Justificar: A resenha é feita conforme a tramitação dos autos do gabinete para a secretaria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

3.15.2- A conferência da publicação é realizada diariamente para a expedição da certidão nos autos?

(X) SIM () NÃO

Justificar:

3.15.3- Complementações / sugestões / observações:

3.16 - PROCESSOS EXTRAVIADOS

3.16.1- Foram verificados feitos extraviados?

() SIM (X) NÃO

Justificar:

3.16.2- Em caso positivo, identificar:

N.º do processo	Data da última movimentação	Número de dias de paralisação	Observação

3.16.3- Quando comprovado o extravio, são adotadas medidas para a restauração dos autos?

(X) De ofício () Provocado

Justificar:

3.16.4- Complementações / sugestões / observações:

3.17 – METAS E DETERMINAÇÕES DO CNJ

3.17.1- (META 02/2009) – identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005 (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores).

N.º do processo	Data da última movimentação	Posição processual
0015331-24.1996.814.0301	Ofício datado de 07.01.2011, requisitando a redistribuição dos autos de embargos do devedor ao Juízo da 10ª Vara Cível.	Fase de cumprimento de sentença. O Diretor de Secretaria deve reiterar o ofício de fls. 438. Caso não haja resposta por parte do Juízo da 10ª Vara Cível, dentro do prazo assinado, deve comunicar formalmente a Corregedoria de Justiça.
0042408-38.2000.814.0301	Despacho datado de 26.07.2010, determinando a manifestação da autora.	Fase de citação e penhora. Não consta informação nos autos de que o despacho tenha sido publicado. O Diretor de Secretaria deve certificar o cumprimento da determinação judicial nos autos.
1973.1010071-9	Despacho datado de 16.02.2009, que até a presente data não consta nos autos o efetivo cumprimento.	Fase de alienação judicial. O Diretor de Secretaria deve cumprir a determinação judicial de fls. 252.
1971.1.000085-4	Processo sentenciado em 19.01.1977.	Existe em apenso, o processo nº 2010.1.016406-4. Existe petição protocolada desde 04.10.2011, até a presente data sem apreciação. O Diretor de Secretaria deve encaminhar os autos conclusos imediatamente.
0020404-10.1993.814.0301	Em 29.04.2008, foi protocolada petição pelo exequente que até o presente momento não foi apreciada.	Fase de alienação de bens. O Diretor de Secretaria deve encaminhar os autos conclusos para apreciação da petição de fls. 146 e seguintes. Existe ainda o processo nº 1994.1000272-7 – Embargos de Terceiro, em apenso, que até a presente data não foi sentenciado. Há petição às fls. 94/95 que ainda não foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

13

		apreciada pelo Juízo. Encaminhar os autos conclusos imediatamente.
2000.1020070-8	Petição datada de 09.09.2010.	Fase de cumprimento de sentença.
1979.1000363-6	29.03.2013 – certidão do diretor de secretaria.	Fase de pagamento da dívida. Valor bloqueado.
0000098-07.1985.814.0301	Despacho de 26.03.2014.	Fase de desocupação do bem penhorado. Não há informação de que o ato ordinatório de fls. 50 tenha sido cumprido. O Diretor de Secretaria deve providenciar o cumprimento do ato de fls. 50, imediatamente.
0013901-59.1999.814.0301	27.03.2014.	Processo devidamente sentenciado. O Diretor de Secretaria deve providenciar nova capa para os autos, pois as folhas estão soltas, desprendidas do grampo, imediatamente.
0012860-26.1999.814.0301	04.07.2014	Fase instrutória.

3.17.2- (META 02/2010) – Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

Processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006.	8.126
Processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e já julgados.	7.705
Processos da competência do tribunal do Júri distribuídos até 31.12.2007.	
Processos da competência do tribunal do Júri distribuídos até 31.12.2007 e já julgados.	

3.17.3- (META 03/2010) – Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

Processos na fase de cumprimento ou de execução distribuídos até 31.12.2009.	5
Processos na fase de cumprimento ou de execução distribuídos até 31.12.2009 e já julgados.	1
Processos de execução fiscal distribuídos até 31.12.2009	
Processos de execução fiscal distribuídos até 31.12.2009 e já julgados.	

3.17.4- (META 18/2013) - Identificar e julgar, até 31.12.2013, todas as ações de Improbidade Administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31.12.2011.

N.º do processo	Data da última movimentação	Observações quanto ao exame

3.17.5- (META 02/2014) – Julgar 80% dos processos distribuídos até 31.12.2010. Julgar 100% dos processos distribuídos até 31.12.2011, nos JUIZADOS ESPECIAIS.

Processos distribuídos até 31.12.2010	
Processos distribuídos até 31.12.2010 e já julgados	
Processos distribuídos até 31.12.2011, nos Juizados Especiais	
Processos distribuídos até 31.12.2011, nos Juizados Especiais e já julgados	

3.17.6 - (META 04/2014) - Identificar e julgar, até 31.12.2014, todas as ações de Improbidade Administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31.12.2012.

N.º do processo	Data da última movimentação	Observações quanto ao exame

3.17.7 - (META 06/2014) - Identificar e julgar, até 31.12.2014, todas as ações coletivas, distribuídas até 31.12.2011.

N.º do processo	Data da última movimentação	Observações quanto ao exame



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

3.17.8 – (PROVIMENTO 26/2012 – Art. 9º, § único) - Estão sendo cumpridas as medidas previstas no art. 2º da lei n. 8.560/1992 e no Provimento 16/2012 do CNJ?

() SIM () NÃO

Justificar: PREJUDICADO

4 - DA EXECUÇÃO PENAL

5- INFÂNCIA E JUVENTUDE

6 - JUIZADOS ESPECIAIS

7 – LIVROS/PASTAS CLASSIFICADORAS OBRIGATÓRIOS

7.1 - SECRETARIAS - CÍVEIS E CRIMINAIS:

LIVROS / PASTAS OBRIGATÓRIAS	UTILIZADO	
	SIM	NÃO
Registro de Sentenças		X
Carga e Descarga	X	
Registro de Correição		X
Pastas Classificadoras (ofícios expedidos, recebidos)	X	
Registro de Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem		X
Carga de Mandados	X	

7.2 - SECRETARIAS CÍVEIS:

LIVROS	UTILIZADO	
	SIM	NÃO
Registro de Tutela e Curatela	X	
Registro de Compromisso	X	
Justificações para Retificação de Nome		X
Registro de Testamentos		X

7.3- SECRETARIAS CRIMINAIS:

LIVROS	UTILIZADO	
	SIM	NÃO
Registro de Processos Suspensos		
Registro de Fianças		
Alistamento e Sorteio de Jurados		
Atas das Sessões Preparatórias do Júri		

7.4 - SECRETARIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE:

LIVROS	UTILIZADO	
	SIM	NÃO
Registro de Procedimentos Investigatórios		
Registro de Apreensões		
Registro de Adotantes		
Registro de Adotandos		

7.5- Existem outros livros utilizados pela Secretaria?

() SIM (X) NÃO

Identificar:

7.6- O estado de conservação dos livros é:

(X) Bom () Regular () Ruim

7.7- Complementações / sugestões / observações:



14

8 - ESTATÍSTICAS

Total de processos constantes do sistema informatizado	6.241
Total dos processos em andamento conferidos manualmente	6.354
Total dos processos que ingressaram no último ano	1.492
Total de Processos que ingressaram no ano em curso	711
Total de processos fora da Secretaria/gabinete	185
Processos conclusos para sentença	212
Processos conclusos para despacho	3.628
Sentenças com resolução de mérito prolatadas no último ano civil (inclusive acordos e transações homologados)	412
Sentenças sem resolução de mérito prolatadas no último ano civil.	300
Despachos interlocutórios prolatados no último ano.	632
Despachos de expediente prolatados no último ano.	2.302
Sentenças com resolução de mérito prolatadas no ano em curso (inclusive acordos e transações homologados)	229
Sentenças sem resolução de mérito prolatadas no ano em curso.	234
Despachos interlocutórios prolatados no ano em curso.	325
Despachos de expediente prolatados no ano em curso.	1.615
Total de Audiências designadas no último ano	264
Total de Audiências designadas no ano em curso	180
Total de Audiências realizadas no último ano	295
Total de Audiências realizadas no ano em curso	207
Total de pessoas ouvidas em audiências no último ano civil	530
Total de pessoas ouvidas em audiências no ano em curso	340
Índice de produtividade do Juízo no último ao civil (divisão do número de sentenças proferidas pelo número de processos distribuídos no período)	0,47
Índice de produtividade do Juízo no ano em curso (divisão do número de sentenças proferidas pelo número de processos distribuídos no período)	0,65

9 - CORREIÇÕES ANTERIORES

9.1- Identificar data da última correção realizada e seu responsável:

19 a 20 de setembro de 2011. Dr. Lúcio Barreto Guerreiro. Juiz Corregedor (por determinação do CNJ).

9.2- Existem registros de recomendações na última correção realizada no Juízo?

(X) SIM () NÃO

9.3- Em caso afirmativo as recomendações registradas foram cumpridas?

() SIM (X) NÃO

9.4- Identifique as recomendações não cumpridas e quais as providências tomadas?

Recomendação / Providência: cobrança de processos em poder de advogados por prazo superior ao permitido, controle de Cartas Precatórias, cobrar devolução dos mandados com prazo de cumprimento expirado e expedir e encaminhar certidão à PGE para inscrição na dívida ativa, nos casos de não pagamento das custas processuais.

9.5- É cumprido o art. 11 do Provimento 004/2001-CGJ? (Regula as Correções realizadas nas comarcas do Estado).

() SIM (X) NÃO

Justificar:

9.6- Complementações / sugestões / observações:

-O magistrado deve dar cumprimento ao art. 11 do Provimento 004/2001-CGJ.

10 - SUGESTÕES GERAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

- 1- Há necessidade de designação de dois juízes para auxiliar a Vara, com fito de despachar os 3.800 processos ou inserir a Vara no mutirão da Corregedoria.
- 2- Oficie-se à Secretaria de Informática comunicando os problemas apontados pelo Diretor de Secretaria, relativo ao sistema fora do ar, falha na internet ou processador lento, para adoção de providências necessárias à solução.
- 3- Oficiar a Secretaria de Administração, comunicando retardamento na devolução dos Avisos de Recebimento expedidos pela secretaria.
- 4- Observou-se a falta de gestão no controle dos prazos processuais, cuja metodologia atualmente praticada inviabiliza o controle dos processos nessa fase processual, retardando a prestação jurisdicional, devendo ser adotada outra forma de organização com vista a otimizar o serviço e torná-lo eficiente e objetivo, **razão pela qual recomendo a adoção de controle de prazos da seguinte maneira:**
 - a) Devem ser utilizadas 31 (trinta e uma) caixas ou quantas forem necessárias para cada dia. Cada caixa equivale a um dia do mês;
 - b) Após a publicação do despacho/sentença, o servidor deverá verificar qual o dia do prazo final para a parte cumprir a determinação judicial;
 - c) Verificada a data do prazo final, os autos serão colocados na caixa correspondente ao respectivo dia do vencimento do prazo (**exemplo:** se o prazo terminar no dia 05, os autos serão colocados na caixa correspondente ao dia 05);
 - d) Diariamente, o servidor deve retirar todos os processos que estão na caixa correspondente ao vencimento do dia anterior (**explicando:** no dia 06, devem ser retirados todos os processos que estão na caixa com vencimento no dia 05);
 - e) Retirados os processos, o servidor deverá consultar e juntar as petições pendentes. Caso a parte não tenha se manifestado, deverá certificar;
 - f) Finalmente, após a juntada das petições ou certidão, e no mesmo dia, os autos serão conclusos.

11 - RECOMENDAÇÕES DA CORREIÇÃO

* Deverão ser registrados prazos para o cumprimento das recomendações expostas.

- 1- As petições iniciais devem ser autuadas no prazo de 24 horas, e encaminhadas conclusos, considerando que a quantidade média ingressada não justifica o tempo de autuação atualmente executado. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 2- O Diretor de Secretaria deve realizar a autuação e remessa ao gabinete das 66 iniciais pendentes desse ato. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 3- Com relação as petições e documentos pendentes de juntada, cujos processos já se encontrem sentenciados e/ou arquivados, o Diretor de Secretaria deve certificar esta situação e encaminhar documento à Juíza da Vara, requerendo o arquivamento em bloco dessas petições/documentos que, deferido, deve ser solicitado à Secretaria de Informática, através dos e-mails stis@tjpa.jus.br com cópia para dad@tjpa.jus.br, a devida baixa no sistema. **PRAZO: 60 DIAS.**
- 4- O Diretor de Secretaria deve realizar a cobrança dos processos em poder de advogados, com prazo de devolução expirado, e adotar prática mensal de análise do relatório de processos nessa condição. **PRAZO: 30 DIAS.**
- 5- Com relação a saída dos autos da secretaria para extração de cópia, é vedada a retenção da carteira da OAB-PA ou qualquer outro documento do advogado, conforme manifestação da CJRMB, no expediente nº 2012.6.000459-9, devendo o Diretor conceder carga dos autos na modalidade "CARGA RÁPIDA", com anotação do endereço e telefone do advogado. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 6- O Diretor de Secretaria deve encaminhar os processos conclusos diariamente, uma vez que processos nessa condição, em secretaria, por prazo superior a 24 horas, configura pré-conclusão, prática vetada pelo Conselho Nacional de Justiça. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 7- O Magistrado e o Diretor de Secretaria devem dar cumprimento às recomendações constantes do item 3.8.7, no que lhes competir. **PRAZO: 15 DIAS.**



13

- 8- Deve ser dado cumprimento às recomendações constantes do item 3.8.23. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 9- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constante do item 3.9.3, e adotar rotina mensal de análise dos processos com Cartas Precatórias expedidas. **PRAZO: 30 DIAS.**
- 10- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constantes do item 3.10.4. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 11- O Diretor de Secretaria deve verificar no relatório dos mandados em poder dos Oficiais de Justiça há mais de 30 dias, aqueles que efetivamente não foram recolhidos, para a consequente cobrança ou baixa, conforme o caso, devendo comunicar a Corregedoria as situações de retenção excessiva do mencionado documento, para adoção das providências cabíveis. **PRAZO: 30 DIAS.**
- 12- Deve ser dado cumprimento às recomendações constante do item 3.12.17. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 13- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento ao art. 17, §1º e § 3º, da Lei Estadual nº 5.738/93, referido no item 3.13.7, e comunicar a Coordenadoria de Arrecadação para as providências correspondentes. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 14- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constantes do item 3.17.1. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 15- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constantes do Relatório de Arrecadação Judicial. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 16- Considerando da discrepância entre os processos conferidos manualmente (6.354) e o número indicado pelo sistema Libra (6.241), o Diretor de Secretaria deve realizar o recadastramento de todos os processos. **PRAZO: 60 DIAS.**
- 17- -O Magistrado deve dar cumprimento ao art. 11 do Provimento 004/2001-CGJ. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 18- O Diretor de Secretaria deve dar cumprimento às recomendações constantes do Relatório de Arrecadação. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 19- Deve ser dada celeridade no julgamento dos processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006. **PRAZO: IMEDIATO.**

12 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

- 1- Cópia da decisão proferida no pedido nº 2012.6.000459-9.
2- Ofício s/nº da lavra do Assessor da 2ª Vara Cível.
3- Relatório estatístico de audiências agendadas.
4- Relatório de processos com carga para advogados, Promotores e Defensores Públicos.
5- Relatório de mandados não devolvidos há mais de 30 dias.
6- Relatório de subcontas.
7- Fotos.
8- Relatório de Arrecadação.

Belém, 27 de agosto de 2014.

SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA
Juiz Corregedor de RMB

PEDRO JOSÉ CÂMARA RODRIGUES
Secretário

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA
Analista Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

36

PROTOCOLO Nº 2012.6.000459-9

CONSULTA

REQUERENTE: DIRETORA DE SECRETARIA DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, Isabel Cristina Rodrigues da Silva

R.H

Trata-se de consulta formulada pela Diretora de Secretaria da 2ª Vara do Juizado Especial Cível, Isabel Cristina Rodrigues da Silva, através da qual solicita auxílio deste Órgão Correcional, referente ao correto procedimento na concessão da chamada "carga rápida" para fins de fotocopia, quando houver prazo comum para as partes, bem como a retenção da identidade profissional do advogado na referida situação; quer saber ainda se existe provimento deste Egrégio Tribunal que regule tal procedimento.

É o relatório.

Decido.

A chamada "carga rápida" dos autos surgiu com a edição da Lei Federal nº 11.969/2009, que alterou o §2º do artigo 40 do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Art. 40: O advogado tem direito:

(...)

§2º - Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de uma hora independentemente de ajuste.(grifo nosso)

Dessa forma, conforme disposição literal da lei é possível a concessão da retirada dos autos para cópia, a chamada "carga rápida", mesmo que o prazo seja comum as partes. Com brilhantismo que lhe é peculiar, Nelson Nery Junior em seu Código de Processo Civil comentado esclarece que:

ainda que se trate de prazo comum, a norma autoriza, excepcionalmente, a retirada dos autos de cartório pelo advogado ou procurador da parte, desde que seja para extração de cópias e pelo prazo de 1 (uma) hora. A retirada dos autos do cartório por uma hora para obtenção de cópias é direito subjetivo da parte, exercitável por seu advogado ou procurador. Para que seja efetivado esse direito não é necessário requerimento por escrito, tampouco autorização judicial, pois basta o pedido simples do advogado ou procurador feito ao serventuário no balcão da secretaria do cartório judicial. A retirada dos autos no caso, será feita mediante carga no livro competente. (NERY JUNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante/ Nelson Nery



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Junior, Rosa Maria de Andrade Nery. – 11. Ed. Ver., ampl. E atual. Até 17.2.2010.
– São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, pag.40)

Com relação a outra dúvida suscitada pela requerente, referente a retenção da identidade profissional do advogado, tal procedimento é ilegal e caracteriza contravenção penal nos termos da Lei nº 5553/68, devendo o Diretor de Secretaria agir conforme o disposto no **Manual de Rotinas: Processo Cível – Rito Ordinário**, elaborado pelas Corregedorias de Justiça deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Lançado com o projeto: “Gestão de Processos – Gerenciamento de Rotinas”, orientado pelo Conselho Nacional de Justiça, referido Manual de Rotinas dispõe com clareza no item 4.8 acerca dos atos do diretor de secretaria mediante o pedido de vista e carga dos autos:

A vista somente pode ser deferida nos seguintes casos:

a) apenas para advogados devidamente constituídos, com a possibilidade de retirada dos autos da secretaria mediante a carga formalizada, se a fase processual permitir.

(...)

O estagiário de direito, inscrito na OAB e regularmente constituído por meio de instrumento de mandato com poderes específicos, juntamente com o advogado, ou portanto autorização do advogado previamente habilitado, poderá também retirar os autos da secretaria mediante carga (Resolução – TJ /PA nº 007/2003)

Dessa forma, percebe-se que mesmo o prazo sendo comum as partes, a fase processual permite a retirada dos autos para obtenção de cópias pelo período de 1 (uma) hora, devendo no presente caso a carga ser realizada conforme disposições expostas no Manual de Rotinas, disponível no site deste Egrégio Tribunal.

Posto isso, considerando que esta Corregedoria já prestou os devidos esclarecimentos, orientando a Diretora de Secretaria no sentido de empreender esforços a fim de realizar regularmente procedimento de “cargas rápidas”, determino o arquivamento deste expediente.

Belém, 16 de abril de 2012.

DESA. DAHIL PARAENSE DE SOUZA
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

97

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

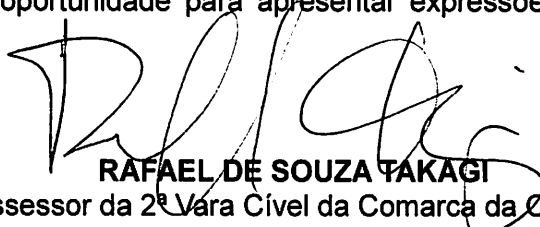
Ofício S/Nº.

Belém, 07 de agosto de 2014.

Senhor Juiz Auxiliar,

Informo que existem 212 processos existentes neste Juízo aptos a serem sentenciados.

Aproveito a oportunidade para apresentar expressões de apreço, consideração e respeito.


RAFAEL DE SOUZA TAKAGI
Assessor da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital

Exmo. Sr.
Juiz Auxiliar SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIA.
Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.
Belém-Pará.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

18

Estatístico de Audiência(s) Agendadas no periodo por Magistrado(a)

01/08/2014 à 31/08/2014

Comarca: BELÉM

Magistrado(a): JOAO LOURENÇO MAIA DA SILVA

2ª VARA CIVIL DE BELEM

Situação

Total

MARCADO(A)

28

Classe : Consignação em Pagamento

0018211-04.2011.8.14.0301

Classe : Interdição

0025261-53.2012.8.14.0301

0060386-82.2012.8.14.0301

0003860-27.2014.8.14.0301

0027258-60.2006.8.14.0301

0007912-66.2014.8.14.0301

0005074-53.2014.8.14.0301

0008232-19.2014.8.14.0301

0007388-69.2014.8.14.0301

0013117-76.2014.8.14.0301

0003213-32.2014.8.14.0301

0005806-34.2014.8.14.0301

0007103-76.2014.8.14.0301

0028152-18.2009.8.14.0301

0037838-29.2013.8.14.0301

0089479-56.2013.8.14.0301

0064596-45.2013.8.14.0301

0007140-06.2014.8.14.0301

0009946-14.2014.8.14.0301

Classe : Procedimento Ordinário

0019421-57.2006.8.14.0301

0019680-23.2013.8.14.0301

0034025-23.2008.8.14.0301

Classe : Procedimento Sumário

0045120-21.2013.8.14.0301

0043037-32.2013.8.14.0301

0029535-26.2013.8.14.0301

0052324-19.2013.8.14.0301

0040985-63.2013.8.14.0301

Classe : Tutela e Curatela - Nomeação

0040525-76.2013.8.14.0301

Total de Audiências

28

+ 5

33



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

13

Carga ao MP/Advogado/Defensor

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM

Código do Processo	Tipo Movimento	Destino	Data de Envio	Qtde. Dias	Observação
0083039-44.2013.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	06/08/2014	8	
0000752-87.2014.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	06/08/2014	8	
0081991-50.2013.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	06/08/2014	8	
0043913-21.2012.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	30/07/2014	14	
0039265-55.2010.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	06/08/2014	8	
0087499-74.2013.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	06/08/2014	8	
0041015-98.2013.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	06/08/2014	8	
0045705-43.2000.8.14.0301	À DEFENSORIA PÚBLICA	AO DEFENSOR PUBLICO	04/08/2014	9	
0037867-61.2010.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO	08/08/2014	6	
0020204-83.2014.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	A SECRETARIA DO MP	05/08/2014	9	
0036699-13.2011.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO	08/08/2014	6	
0026656-12.2014.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO	12/08/2014	2	
0052573-67.2013.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO	12/08/2014	2	
0012221-54.1996.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	AO PROMOTOR	03/07/2014	42	
0037474-28.2011.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	AO PROMOTOR	01/08/2014	13	
0018539-03.2012.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTERIO PUBLICO	08/08/2014	6	
0028045-68.2009.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	A SECRETARIA DO MP	05/08/2014	9	
0022536-15.2002.8.14.0301	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	AO PROMOTOR	05/08/2014	9	
0015508-07.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	01/09/2005	3269	DRA. ROBERTA MEDEIROS F: 3223-1019
0020432-80.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	25/09/2008	2148	DR. DENISE PINTO MARTINS VIEJO DA CARGA DOS AUTOS. FONE: 32239984 E 81176582
0020878-68.2007.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	FABRICIO BENTES CARVALHO	31/05/2012	804	END: TAMOIS, 1481, BATISTA CAMPOS. FONE 3210-1459/1261166
0025387-74.2000.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	27/05/2009	1904	LUIS CARLOS DA SILVA MENDONÇA, OAB Nº 5781, END: AV. CONSELHEIRO FURTADO, Nº 2391, SALA
0010012-91.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	19/01/2006	3129	DR. ANDRE LUIZ CARDOSO F: 3184-1066
0003341-49.1997.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	09/03/2005	3445	DRA. SIMONE CRISTINA DE AZEVEDO F: 224-7652
0001274-81.1996.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	23/03/2005	3431	DR. ANTONIO PITA MOREIRA F: 266-3389/6149-2848
0009222-77.1999.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	14/05/2007	2648	F: 3212-2081
0030250-51.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	10/04/2003	4143	
0014155-92.2001.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	21/09/2004	3614	DRA. ADELMIRA CARNEIRO MAIA F: 223-4009
0020486-85.1993.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	07/07/2005	3325	DRA. ROSA ESTER DA SILVA
0010586-97.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROSOMIRO ARRAYS	30/01/2012	926	Av. Conselheiro Furtado, 2855, 9º andar, Ed. Síntese, Cremação, tel. 3213-8700, autorizando o estagiário
0007888-33.1998.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA	07/08/2012	736	END: Rua Tracentes, nº 391, Bairro Reduto, Fone: 32222940/32230354
0003171-21.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JOSE ROCHA DA COSTA JUNIOR	18/10/2012	664	Tv. Timbo, 2744, Marco Fone: 33444614



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

20

Carga ao MP/Advogado/Defensor

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM

Código do Processo	Tipo Movimento	Destino	Data de Envio	Qtde. Dias	Observação
0015199-26.1997.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	HUGO SANCHES DA SILVA PICANCO	17/05/2013	453	iv 14 de março, 342, ap-101, umantzi, fone 8228-9935
0060714-12.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MILTON FERREIRA DAS CHAGAS	02/07/2013	408	VISTAS A MILTON FERREIRA DAS CHAGAS (OAB:1893), RECEBIDO PELA ADV. ADRIANA DE
0001604-96.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	SINESIO PAULO B. CUNHA	14/01/2014	211	Av. Pte Vargas, 351, apto. 1204, Campina Tel: 3031-0782
0000105-29.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	LURLYNE HELENY FERNANDES GONCALVES ROCHA	10/01/2014	215	Tv. 14 de Março, 713, Umantzi Tel: 3352-5936
0011688-45.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	GISELE AZEVEDO SALOMAO	28/02/2014	166	Rua Mundurucus, Ed. Metropolitan Tower, sala n° 1707 Cremação
0009918-21.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RAMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA	10/06/2014	64	Rua A. Presto Manoel Teodoro, nº000 Tel: 3241-9999
0013932-30.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CLEANS ALMEIDA BOMFIM	17/07/2014	27	Estágio Flávia do Rosário OAB/PA 7165-E, autorizada pelo dr Cleans Bonfim.
0008818-89.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	GIULLIANA SILVA FERNANDES DA COSTA	04/07/2014	40	Dra Thayn Gonçalves OAB/PA 18937, autortizada pela dra Giulliana da Costa OAB/PA 15800-8
0014316-08.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ELLEYSON CORREA SANDRES	25/07/2014	19	AV. DOM PEDRO I, N° 636, SALA C, TEL 3276-3370
0005061-88.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	GISELLE SARATY DE OLIVEIRA	12/08/2014	1	Trav Jose no 1522 83397289
0049519-93.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	FLAVIA DE AGUIAR CORREA	05/08/2014	8	AV. DR. FREITAS, 2408, 3 ANDAR, TEL. 3266-2414
0006331-58.1998.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	IVONE SILVA DA COSTA LEITAO	20/06/2014	54	Trav Plodade, 509 Tel: 3212-5151
0016484-11.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	IGOR OLIVEIRA COTTA	11/08/2014	2	Endereço: av conselheiro furtado 2391 sala 1610 telefone: 80571262
0015188-05.1998.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	03/04/2009	1958	DR. JOSE ALFREDO SANTANA, PELO ESTAGIARIOMARCOS PAULO SOARES, FONE: 3222-
0023805-80.2007.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	22/10/2009	1756	DR. RICARDO SAMPAIO OAB/PA 3117 AV. 15 DE NOVEMBRO, 226/204. FONE 32414055
0025808-48.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	TASSIA FERNANDES DO VALE	18/07/2012	756	AV. NAZARÉ, Nº272, SALA 1001, NAZARÉ. FONE:3224- 1651.
0001092-84.1999.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	10/03/2006	3079	DR. EMILIO SERGIO DE VASCONCELOS F.3222-4382
0002561-14.1999.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	20/06/2006	2977	F: 3212-1258
0005814-32.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	23/02/2010	1632	vistas ao Dr. Luiz Carlos S. Mendonça, av. conselheiro furtado, 2391, ed. Belém Metropolitan, salas 106/107,
0020210-68.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	01/04/2008	2325	processo retirado com carga pelo Dr. Hosenan Oliveira fone 3212-5459.
0030220-36.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	22/10/2009	1756	SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIO - TEL 32294143
0020677-95.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	03/08/2007	2567	dr. walter santos
0034934-58.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	03/12/2010	1349	VISTAS AO DR. PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO, OAB/PA 5586, AV. PRES. VARGAS, 197, CAMPINA,
0007517-32.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	16/02/2011	1274	VISTAS A DRA. LEMA COUTINHO, OAB/PA, 5875 AV. CHS. FURTADO, 2865, SALA 211, SAO DRAZ, FONE
0025493-92.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JACKSON SALUSTIANO	11/11/2011	1006	RUA CARIPUNAS 1850 3212-6000
0008225-89.2007.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ANTONIO CARLOS AIDO MACIEL	28/03/2012	868	Rua dos Portiques, n° 2999, sala: 1401. Tel: 32299686.
0034656-69.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RAUL DA SILVA MOREIRA NETO	06/11/2012	645	trv. dom romual de seixas, 1560, sl-1601, umantzi fone 32129188.
0035623-29.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA	17/01/2013	573	REPRESENTADO POR JANAINA N. VIEIRA OAB-8530E, AV. CONSELHEIRO FURTADO, 2865,
0018031-10.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ANDREI MANTOVANI	25/03/2013	506	conj. resid. alim. benjamin sodré, rua jandara, 18, q.08, parque verde, fone 9158-9185/9114-7060
0001879-79.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROLAND. RAAD MASSOUD	18/07/2013	391	REPRESENTADO POR ALINE KASUKI OAB-16428, END. TV. DR. MORAES, 597, BATISTA CAMPOS,
0024828-15.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	SAPHERA MAIRA SIQUEIRA DUARTE NETO	01/10/2013	316	RUA ANGELO CUSTODIO, 100, CIDADE VELHA, FONE 3286-1567
0016981-59.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	SAULO ROBERTO REGIS DE SOUZA MORAES	09/04/2014	126	Trav. 14 de Março, n° 713. fone 8248 7754



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

22

Carga ao MP/Advogado/Defensor

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CIVIL DE BELEM

Código do Processo	Tipo Movimento	Destino	Data de Envio	Qtde. Dias	Observação
0035402-93.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	GIUZELY MEDEIROS DE BRITO	02/07/2014	42	Trav. Humaitá, nº 2627 Marco fone 3259 5515/8304 2002
0002397-53.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO	08/08/2014	5	tamolos 1481 telefone 32101450
0002133-54.1996.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	HELLEN MELO VIEIRA	28/07/2014	16	Rua Almirante Wandencoll, número 182 Tel: 3241-0174
0039731-26.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	THIAGO NUNES SALES DE MELO	06/08/2014	7	AV. CONSELHEIRO FURTADO 2865, SALA 1605, TEL. 3259-5154
0017490-25.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	25/11/2008	2087	Vistas Dra. Aldemira Carneiro Maia OAB/PA 3085 fone 3264 -0198, por recibo pela estagiária Lúcia Braga
0018463-81.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	27/05/2010	1539	VISTAS AO DR FERNANDO SOARES OAB/PA 1924 END.: BOM JARDIM 33 FONE: 81823100
0027886-58.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	05/02/2010	1650	ELCIVALDO JARME OAB 2703 END R CONSELHEIRO JOAO ALFREDO, 77, SL 301, CENTRO
0000766-05.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	01/03/2010	1626	VISTAS AO DR MAURICIO PEREIRA DE LIMA OAB/PA 10219 END.: AV GOV. JOSE MALCHER Nº815, SALAS
0024126-19.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	20/12/2002	4254	Dra. Anna Izabel e Silva Santos desde de 12/12/02
0002299-84.2000.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROSALIA DE NAZARE NUNES OLIVEIRA NEVES	28/06/2011	1142	Rua 13 de maio, 191, Ed. Marc Jacob 608, bairro comercio, fone: 32415101/32232558
0050144-77.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOR	21/07/2011	1119	End: Trav. Francisco Monteiro, nº 390, Bairro Canudos Fone: 33434055
0010895-62.2004.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	19/11/2004	3555	DRA. OCIONE MARIA GUIDAO DA SILVA F: 9985- 3799/8117-1940
0008638-79.1994.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/08/2005	3293	DR: GERALDO FERREIRA LIMA F.3246-9016
0003359-85.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	13/11/2009	1734	DR. ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA OAB/PA: 10176, VEM DA CARGA NESTES AUTOS.
0022886-11.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	27/05/2009	1904	LUIS CARLOS DA SILVA MENDONCA, OAB Nº 5781, END.: AV. CONSELHEIRO FURTADO, Nº 2391, SALA
0002435-15.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	31/03/2006	3058	dr: HILDEMAN ROMERO EM 30/03/2006
0007812-46.1999.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/02/2011	1282	VISTAS AO DR CARLOS FERRO OAB/PA 1076 END: TIRA DENTES 391, REDUTO FONE: 32222940
0007627-48.1992.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	IONE ARRAS OLIVEIRA	11/03/2011	1251	VISTAS A IONE ARRAS OAB/2009, CONSELHEIRO FURTADO, 2865, 9 ANDAR, SINTESE 21, CREMAÇÃO,
0034795-55.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	YOLANDA FERREIRA MONTEIRO NUNES	12/03/2012	884	Trav. 13 de Maio, nº191, sala: 701 Tel: 91995849
0054709-31.2000.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MARCELO GONCALVES CHAVES	31/08/2012	712	end: Trav. Piedade, nº 644, Bairro Reduto, Fone: 32235916
0025995-91.2007.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CARLOS FERRO	06/11/2012	645	REPRESENTADO POR THIAGO AUGUSTO G AZEVEDO OAB 8438-E, RUA TRINDADE, 391, REDUTO
0011035-04.1993.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY	25/02/2013	534	VISTAS A PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY. CONJ. PEDRO ALVARES CABRAL, AV. B. 199,
0015184-04.1997.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROMUALDO BACCARO JUNIOR	17/05/2013	453	tv 14 de março, 342, ap-101, umatral, fone 8228-9935
0016238-49.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	SAPHERA MAIRA SIQUEIRA DUARTE NETO	10/10/2013	307	RUA ANGELO CUSTODIO, 100, CIDADE VELHA, FONE: 3286-1567
0040289-05.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	EDSON WENCESLAU DOS S MENDES	07/07/2014	37	Rua Rachuelo, 20 - alios Tel: 8856-6271
0022773-15.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	LUIZ GONZAGA DE MELO VALENCA	07/07/2014	37	Av. Genl Bittencourt, nº 2322, sala 03 São Braz fone 8841 2447/3351 4563
0017418-81.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	SOTER OLIVEIRA SARQUIS	04/08/2014	9	Endereço: Cesário Alvim, nº 595, Cidade Velha Tel: 3242 9032
0035161-60.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PAULO OLIVEIRA	07/08/2014	7	TRAVESSA 9 DE JANEIRO, 2110, SALA 1605, TEL 3229-1280
0010865-78.1993.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ARIANI DE NAZARE AFONSO NOBRE	07/08/2014	6	travessa benjamin constant ,300,sala 204 reduto,86053040 fone (81)32304267
0052610-45.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS	09/07/2014	35	Estagiário Angelo da Silva Moraes OAB/PA 6571- E, autorizacao pela dra Marluce Almeida Medeiros
0020116-45.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PAULLIANE DO ESPIRITO SANTO MONTEIRO MAC	13/08/2014	0	AUTORIZAÇÃO DE VISTAS PELA DR PAULLIANE MACHADO AO ESTAGIARIO BENEDITO SOUZA OAB
0019728-45.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ALVARO AUGUSTO RODRIGUES NETO	04/08/2014	9	Endereço: São Miguel, nº 401, Telefone: 8164 3061



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

22

Carga ao MP/Advogado/Defensor

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CIVIL DE BELEM

Código do Processo	Tipo Movimento	Destino	Data de Envio	Qtde. Dias	Observação
0020195-88.2007.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA	29/05/2012	806	Rua Tredentes, 391, Rodizio, tel. 322-2940, autorizando a adv. KYSSIA CRISTINA MARTINS
0033934-61.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO	13/07/2012	761	RUA DOS TAMOIOS, 1481 TEL. 3210-1450, RETIRADO PELO MESMO
0049334-37.2000.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	11/09/2009	1797	ROLAND RAAD MASSOUD OAB-PA 5192 por WILSON PANTOJA MACHADO OAB-PA 13636 End: Tv Dr
0011718-63.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	09/02/2010	1646	DR JOSE MARIA CASTRO CASTILHO OAB/PA: 4360, VEM LEVAR COM CARGA ESTES AUTOS, COM
0008268-65.1993.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	04/04/2006	3054	DR. GUSTAVO PINHEIRO DA SILVA F: 3224-5171
0038391-86.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	05/03/2004	3814	DR. ARLINDO MELO
0002567-21.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	FLAVIO JOSINO DA COSTA JUNIOR	10/11/2011	1007	av conselheiro furtado 2391 salas 1301/1302 ed belem metropolitan 3242-7844 autorizando o estagiario andre
0046618-53.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PAVEL FERNANDES	13/02/2014	181	Rua 28 de Setembro, n° 259, sala 207, fone 3223 3736
0017308-15.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CARLOS ALBERTO CAETANO	21/02/2014	173	Rua Ricardo Borges, 2003 Tel 9161-3842
0021281-98.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	GISELE AZEVEDO SALOMAO	28/02/2014	166	Vistas a Dra. GISELE SALOMÃO, OAB/PA nº 15.645, escritório na MUNDURUCUS, 3100, SALA 1707, TEL:
0058916-79.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO	25/03/2014	141	Estagiario Bruno Rafael OAB/PA 6537-E autorizado pela Dra. Vanessa Brasil
0015791-31.1995.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROGERIO COELHO DE SOUSA	26/03/2014	140	Av. Gov. José Malcher, 937, sala 506, Ed. Real One, Nazaré
0024586-26.2001.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JOSE HELDER CHAGAS XIMENES	19/05/2014	86	Av. Presidente Vargas, 2637 - Castanhal Tel: 3711-1117
0024689-67.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JOSE MARIA RODRIGUES ALVES JUNIOR	01/07/2014	43	Almirante W. nº 266 - Umarizal Tel: 3223-4466
0009149-72.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PAVEL FERNANDES	29/07/2014	15	28 DE SETEMBRO, 269, SALA 207, TEL 3223-3736
0040705-92.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	EVELYN FERREIRA DE MENDONÇA	07/08/2014	6	TRAVESSA Av. Senador Lemos, 695, Umarizal TELEFONE: 3072 3671
0005893-87.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RAIMUNDO KULKAMP	08/08/2014	5	avenida almirante barroso 5610 sala 210 castanheira - Belém-Pará telefone 32431717.
0016290-95.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	DANIEL PANTOJA RAMALHO	12/08/2014	1	rua joao baibi 1349 sao bras telefone032495370
0015040-19.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	IGOR OLIVEIRA COTTA	11/08/2014	2	Endereço: av conselheiro furtado 2391 sala 1610 telefone: 80571262
000609-19.2001.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROBERTO CARLOTA DE VASCONCELOS	13/08/2014	0	AV. PTE. VARGAS, 2637, FONE 3711-2443.
0040129-79.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	30/06/2010	1505	VISTAS A DRA DARCI DE MACEDO E SILVA OAB/PA 3257 END: TV DOM PEDRO I 810 32318182
0029235-82.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	05/03/2010	1622	PROC. COM VISTAS AO DRº HERMINIO FARIAS DE MELO OAB 6126 END. RUA 13 DE MAIO Nº82, SALA
0027684-77.2002.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	27/09/2002	4338	D
0015128-48.1995.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	28/07/2004	3669	COM O DR. JOAQUIM NEVES DAS CHAGAS DESDE 02/10/1998 FONE 222 0233
0015971-83.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	02/09/2008	2171	Adv. Hermenegildo Antonio Crispino, OAB/PA 1643, Fone 32247226/32418937
0017907-40.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	14/06/2006	2983	
0026367-87.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	28/02/2005	3454	DR M ARLAN MARCOS FERREIRA
0036893-81.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA	10/01/2011	1311	VISTAS AO DR. ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA, OAB/PA 15814, END: TV LOMAS VALENTINAS, 2625,
0004060-59.2007.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MARIA DE FATIMA NOGUEIRA GUMARAES	22/08/2012	721	End: Rua Antônio Overdora, nº1811- Pedreira - Belém/Pará
0023528-86.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ALESSANDRO PUREZA CASTILHO	09/11/2012	642	AUTORIZADA A ADVOGADA FABIANA PORTELA ARAUJO, OAB 17917, END: RUA DOS MUNDURUCUS
0011506-14.2004.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	21/05/2014	84	Trav. Humata, 2778 Tel: 3226-4140
0008966-67.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	KAMILA DE QUADROS CARVALHO	07/08/2014	6	Endereço: Av Conselheiro Furtado, nº 2478, Ed. Flávio Neto, salas 101/102.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

23

Carga ao MP/Advogado/Defensor

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM

Código do Processo	Tipo Movimento	Destino	Data de Envio	Qtde. Dias	Observação
0050110-37.2000.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	05/12/2003	3905	DRA. MICHELLE FERRO
0029924-82.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/04/2010	1588	VISTAS AO DR. ANGELO HONORIO LEAL DOS SANTOS, OAB/PA 13921, END. AV. DOM ROMUALDO
0007000-32.1999.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ANTONIO FERNANDO MELO CORREA DA ROCHA	12/07/2012	762	END. DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 1230, UMARIZAL FONE: 3212-3221.
0012498-35.2001.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	03/06/2002	4454	D
0001769-18.2000.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	10/11/2006	2833	
0008269-60.1993.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	04/04/2006	3054	DR. GUSTAVO PINHEIRO DA SILVA F.; 3224-5171
0018070-85.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	27/04/2010	1569	VISTAS AO DR. MAULIO DA SILVA ESTUMANO, OAB 9915, END. CONJ. NATALIA LINS APT 308, FONE:
0009706-27.2001.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	14/11/2005	3195	DR. CARLOS FERRO EM 11/11/2005 F.; 3222-2940
0041179-67.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RAPHAELA TAVARES DO NASCIMENTO	13/01/2012	943	Vila Abelardo Conduru, casa 30 Tel 91464466
0001073-35.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO	27/02/2012	898	Av. Mag. Barata, 695, sala 109, tel. 3269-0554
0000824-24.1997.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RAIMUNDA NONATA DE ALBUQUERQUE LAVAREDA	06/09/2012	706	vistas a Raimunda Nonata de Albuquerque Lavareda Gov José Malcher, 1836, apt. 401, ana teresa Tel
0048910-13.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO	11/04/2014	124	Estagiária Maria da Conceição OAB/PA 6541-E, autorizada pela drs Cristovina de Macedo OAB/PA
0056217-52.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETO	04/04/2014	131	Estagiário Allan Rocha de Oliveira OAB/PA 6983-E, autorizado pelo Dr. Napoleão Neto OAB/PA 14360
0026432-82.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS	26/06/2014	48	A advogada autoriza a estagiária Larissa Longhi Laurindo, OAB n° 6588-E, a retomar os autos.
0013389-70.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	THEGO FERREIRA DA SILVA	06/08/2014	7	Endereço: Travessa São Francisco, n 233, Campana Telefone: 3305 7380
0015282-96.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JOSE LOBATO MAIA	11/08/2014	2	travessa são Pedro 566 conj 705 tel 91141048
0027527-18.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO	11/08/2014	2	Endereço: Alameda Cacela, 1858 telefone: 4005 1000
0001670-57.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RAPHAEL LIMA PINHEIRO	07/08/2014	6	Rua Angelo Custódio 108, tel 3355-3777
0006549-85.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	19/05/2006	3009	DRA. ELIANA LEITE EM 15/05/2006
0018911-30.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	28/05/2010	1539	VISTAS A DRA. SUZANA CHRISTINA DIAS DA SILVA, OAB/PA 1821, END. AV. MAGALHÃES BARATA N°
0004012-68.1996.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	31/03/2009	1961	DR. JOAO BOSCO DE CARVALHO, FONE: 3233-0674 / 8883-0674
0004111-16.1994.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	16/04/2009	1945	peço estagiário alexsandro miralha, rg 1577711, fone: 3249-2278
0016369-51.1995.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	11/11/2005	3198	dr. EDUARDO CORREA PINTO KLAUTAU F. 3252-0668/
0039126-29.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	25/08/2009	1814	DRA. IVELISE DO CARMO NEVES OAB/PA: 3511 VEM DA CARGA NESTES AUTOS, ENDEREÇO: TRAV. 1ª
0013699-10.2004.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/01/2007	2774	DRA. LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA F.; 3222-7869
0009994-29.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/08/2005	3293	DR. FRANCISCO HELDER SOUZA F.; 3212-8082
0004044-68.1999.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/02/2011	1282	VISTAS AO DR. CARLOS FERRO OAB/PA 1078 END. TIRA DENTES 391, REDUTO FONE: 3222940
0002327-78.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JOSE ALYRIO WANZELER SABBA	06/04/2011	1225	
0008374-91.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	THIAGO NONATO SILVA VARGAS	30/03/2012	866	TRAV. ALMIRANTE WANDERKOLK, 1243, 4º ANDAR, UMARIZAL, TEL 4008-2902, AUTORIZANDO JOSÉ
0007976-60.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	MICHEL FERRO E SILVA	17/01/2013	573	REPRESENTADO POR THIAGO AUGUSTO G. AZEVEDO OAB-6436-E, AV. TIRADENTES, 391,
0000852-31.2004.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JORGE AUGUSTO JACOB PINHEIRO	12/09/2013	335	tv bejanem contan, 1364, ap-14, nazare, fone 8858-0588
0010672-39.1996.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	OTAVIO OLIVEIRA DA SILVA	10/12/2013	246	II - volumes.; tv do chico, 1912, marco, fone 8858-2120



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

2h

Carga ao MP/Advogado/Defensor

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CIVIL DE BELEM

Código do Processo	Tipo Movimento	Destino	Data de Envio	Qtde. Dias	Observação
0047052-44.2013.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	IANA ALBUQUERQUE COSTA SARE	05/02/2014	189	AV. João Paulo II Nº805 Tel: 8137-9798
0020542-78.2006.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	IONE ARRAYS DE CASTRO OLIVEIRA	16/06/2014	58	Estagiária Flávia da Silva OAB/PA7165 -E, autorizada pela dra. Ione Arrais OAB/PA 3609
0039794-08.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PAULO VICTOR SQUIRES	02/07/2014	42	Trav. 3 de Maio, 1465, sala 0102 Tel: 9114-8686
0009883-02.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	08/09/2005	3262	DRA. MICHELLE POMPEU BRASIL
0006923-21.1994.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	12/04/2006	3046	DR. GILBERTO DE NORONHA F. 8111-4411
0022804-62.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	05/08/2008	2199	dr. antonio trindade f. 8145-3922
0008041-57.1994.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	04/04/2007	2688	
0003785-81.1998.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	10/10/2000	5055	
0000658-10.2003.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	AO ADVOGADO	23/10/2003	3948	DR. LUIS CARLOS MENDONÇA DESDE 22/10/03
0025209-02.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ROSOMIRO ARRAYS	12/09/2011	1066	3213-8700
0010669-78.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA	22/10/2012	660	Vistas a Carlos Alberto Guedes Ferro e Silva, recebido pelo estagiário Thiago Augusto Galeão de Azevedo
0035322-07.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RODRIGO RISTER REIS RODRIGUES	28/11/2012	623	trav. domingos marinho,49, sl-409 e 411, umetral fone 3224-9644
0050665-91.2010.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	RODRIGO RISTER REIS RODRIGUES	28/11/2012	623	trav. domingos marinho,49, sl-409 e 411, umetral fone 3224-9644
0022151-50.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	JANINE SILVA RIBEIRO DA CUNHA	30/01/2013	560	RUA MUNDURUCUS, 3100, SL-1902, CREMAÇÃO, FONE:3250-9991
0043980-09.2008.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	HYGO RODRIGUES MENEZES	29/01/2014	196	Alfres Costa, n° 262 Entre Romulo Maiores e Duque de Caxias Marco
0002281-72.2009.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ANTONIO ARAUJO DE OLIVEIRA JUNIOR	13/02/2014	181	Antônio Araújo autoriza Ana de Cassia de Araújo, OAB n° 20055 a retirar os autos.
0016201-34.2005.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA	11/03/2014	155	O advogado autoriza o estagiário Gilberto Santos dos Prazeres, OAB n° 6909-E a retirar os autos.
0036431-22.2012.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	VICTOR TADEU DE SOUZA DIAS	20/03/2014	146	Rua 15 de Novembro, n° 226, Conj. 805 Campana fone 9999 1546
0001961-65.2011.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	PEDRO JOSE COELHO PINTO	31/07/2014	13	Endereço: Rua Antonio Ever dos, 782 Telefone: 3233 5361
0008618-49.2014.8.14.0301	VISTAS AO ADVOGADO	ALBERTO FRANCO PIMENTEL BELEZA	31/07/2014	13	Tr: Dr Enéas Pinheiro, 2353 Tel: 3278 2873

Total: 180



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

23

Mandados não devolvidos há mais de 30 dias

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM

Código do Documento	Origem	Destino	Data da tramitação	Qtde. de Dias
2014.00525032-51	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	14/07/14 00:00	30
2014.02191109-36	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	03/07/14 00:00	41
2014.02190581-68	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	03/07/14 00:00	41
2014.01851260-16	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.01717088-79	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.02034383-55	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.01983018-17	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.01981499-15	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.01975890-61	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.01978307-85	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	02/07/14 00:00	42
2014.01879594-83	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	16/06/14 00:00	58
2014.01851386-26	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	16/06/14 00:00	58
2014.01965084-81	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	16/06/14 00:00	58
2014.01965099-36	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	16/06/14 00:00	58
2014.01956294-67	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	16/06/14 00:00	58
2014.01895971-34	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	16/06/14 00:00	58
2014.01814094-61	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/06/14 00:00	65
2014.01729695-88	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/06/14 00:00	65
2014.01744898-69	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/06/14 00:00	65
2014.01822148-52	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/06/14 00:00	65
2014.01838305-81	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	05/06/14 00:00	69
2014.01618179-83	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/05/14 00:00	78
2014.01618009-11	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/05/14 00:00	78



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria de Informática
Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais

Mandados não devolvidos há mais de 30 dias

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM

Código do Documento	Origem	Destino	Data da tramitação	Qtde. de Dias
2014.01566391-53	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/05/14 00:00	78
2014.01508865-68	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	14/05/14 00:00	91
2014.01534725-88	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	14/05/14 00:00	91
2014.01386204-33	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	14/05/14 00:00	91
2014.01554868-90	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	14/05/14 00:00	91
2014.00964545-33	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	03/04/14 00:00	132
2014.01026042-36	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	03/04/14 00:00	132
2014.00628582-92	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	27/02/14 00:00	167
2014.00262519-47	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	27/02/14 00:00	167
2014.00508196-22	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	18/02/14 00:00	177
2013.02522346-42	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	06/09/13 00:00	341
2013.01808237-27	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/06/13 00:00	411
2012.02553960-18	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	20/11/12 00:00	631
2012.02603369-07	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	09/11/12 00:00	642
2012.02340521-38	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	28/09/12 00:00	684
2011.02594079-87	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	13/12/11 00:00	974
2011.02250820-15	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	04/11/11 00:00	1013
2011.00459409-60	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	27/04/11 00:00	1204
2011.00073793-86	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	26/01/11 00:00	1295
2011.00048814-42	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	19/01/11 00:00	1302
2011.00005917-14	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	10/01/11 00:00	1311
2010.01912445-84	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	23/11/10 00:00	1360
2010.01756151-68	SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	21/10/10 00:00	1392



Handwritten signature

Mandados não devolvidos há mais de 30 dias

Comarca: Belém

Origem: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM

Código do Documento	Origem	Destino	Data da tramitação	Qtde. de Dias
2010.01771377-77	SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DE BELEM	CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BELEM	20/10/10 00:00	1393

Total: 47



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS
RELATÓRIO DE SUBCONTAS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS

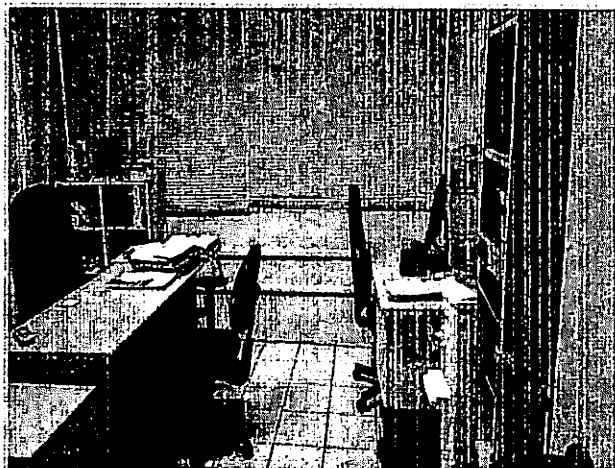
Comarca: BELEM
Vara: 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

SubConta	Titular	CPF/CNPJ	Processo	Classe	Saldo
1000119799	MARIA DE NAZARETH BRANDAO GUEIROS	11111111111	00246826020078140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1,55
1081110330	MAC - MANUTENCAO ARQUITETURA E CONSTRUCAO S/C LTDA	02995309000194	00327606420098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1,78
1000119609	PARA CLUBE	04144713000180	00008657620008140301	CLASSE MIGRAÇÃO	3,03
0911118255	NAZARE PARACAMPO DE FRANCO	36168840206	00077545320048140301	CLASSE MIGRAÇÃO	4,44
1000116151	EMP. DE TRANSPORTES BELEM-LISBOA LTDA.	04949624000100	00054223619938140301	CLASSE MIGRAÇÃO	13,52
1000118933	HIROSHI TAHIRA	50090003853	00008178019988140301	CLASSE MIGRAÇÃO	14,97
0911117230	BONNY MONTEIRO DE SOUSA	44064160215	00256939120098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	15,33
0800113187	ROSEMIRO SALGADO CANTO FILHO	08632332287	00273644920038140301	NÃO INFORMADA	21,79
1180114696	VIRGÍNIA DELY DA COSTA BENJAMIN DE SOUZA	12785300297	00211425120098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	26,78
2620021941	TELEMAR	00000000000000	00072032920018140301	ORDINÁRIA	36,25
1000115127	MARCELO OLIVEIRA DE ARAUJO	45663882200	00100514320108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	51,94
0911118667	JOSE RUI NEVES DO CARMO	10094024200	00224453520098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	81,42
0911114550	MARIA FURTADO CANTAO	18021506253	00176926920068140301	CLASSE MIGRAÇÃO	203,11
0911115398	ASSISTÊNCIA MÉDICA SÃO PAULO S/A - BLUE LIFE	52639572000119	00235484120048140301	CLASSE MIGRAÇÃO	221,71
1180115648	WALTER MARTINS MESQUITA	42808448287	00126409620108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	496,56
0002679154	ARNALDO VIDUEIRA ANTONIO JOSE	00000000000000	19920002005	NÃO INFORMADA	524,39
0800116358	AUGUSTO CESAR NEVES COUTINHO	25657313291	00248526220068140301	CLASSE MIGRAÇÃO	617,77
2620020775	CARLOS AMILCAR DE SALES PEREIRA E OUTRA	00000000000000	00123822020058140301	ORDINÁRIA	789,73
1080111566	PLENOTETO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	00784879000100	00268628720108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	806,14
0800119215	NILSON CAMPELO CORREA	18149278249	00077068620088140301	CLASSE MIGRAÇÃO	858,63
1080112803	INACIO PINHEIRO CAVALCANTE FILHO	01928961215	00109681419968140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1.107,84
1080112723	OSVALDO FREITAS JÚNIOR	05713048268	00187184620098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1.300,22
1181110252	SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO ESTADO DO PARA-SINDU	04979068000115	00182792320058140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1.343,26
1180114945	MARFRE SEGUROS	54484753000149	00275072120088140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1.354,31
1180115577	MARY ANNE MENDES DE SA	79019790625	00370636220088140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1.354,78
0800116367	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL (BRASILSEG)	28196889000143	00006091920018140301	CLASSE MIGRAÇÃO	1.725,25
1180116091	HOSPITAL SAUDE DA MULHER	63879381000140	00082911620108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	2.017,40
1180116494	JOAO CARLOS MATTA DA SILVEIRA	10829130225	00224651120088140301	CLASSE MIGRAÇÃO	2.038,65
1180117517	ROLENS KOJI SONODA	09444866220	00510605620108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	2.040,67

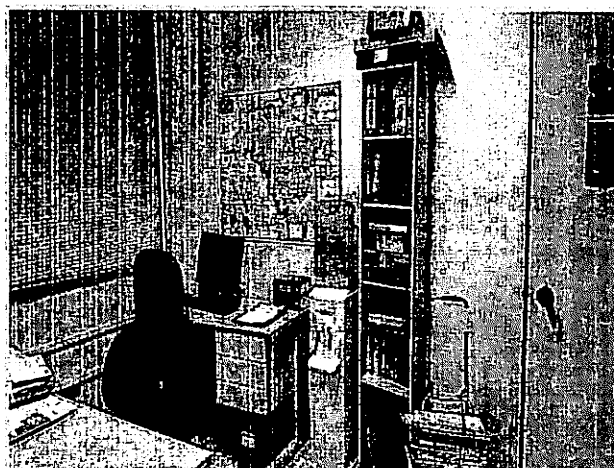
Comarca: BELEM
Vara: 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

SubConta	Titular	CPF/CNPJ	Processo	Classe	Saldo
0266039111	GONCALA BARBOSA ROSA	00000000000000	19991010727	NÃO INFORMADA	2.050,22
1180118200	ERNESTO ADOLPHO GOMES MACHADO PARAENSE ✓	00131768204	00033557920118140301	CLASSE MIGRAÇÃO	2.307,49
1081110198	LUIZ ALBERTO SILVA DE SOUZA	30754003272	00308807620108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	2.598,33
1180114711	BRAZ & BRAZ LTDA ✓	10251429000105	00440002720098140301 ✓	CLASSE MIGRAÇÃO	2.706,97 ✓
1181112640	COMPAR - CIA. PARAENSE DE REFRIGERANTES ✓	04928297000100	00266403320108140301 ✓	CLASSE MIGRAÇÃO	3.315,85 ✓
0800116269	YVANY RICKMANN LOBATO	39419274268	00048497020068140301	CLASSE MIGRAÇÃO	3.461,61
0266004490	REPRESENTEC - REPRESENTACAO TECNICA LTDA ✓	00000000000000	19951021871	NÃO INFORMADA	7.484,29
1180116690	HC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ✓	10713542000165	00027956620118140301 ✓	CLASSE MIGRAÇÃO	9.981,60 ✓
1000113131	WILMA CELIA MARQUES RIBEIRO	14738317253	00079668920108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	10.240,72
1000114273	BANCO REAL S/A (BANCO ABN AMRO S/A)	90400888000142	00074415019948140301	CLASSE MIGRAÇÃO	18.913,00
0911110972	EXITO ENGENHARIA LTDA	03883813000197	00307692820098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	41.952,35
1181112382	SERASA CENTRAL. DE SERVICOS DOS BANCOS ✓	62173620000180	00114540919968140301 ✓	CLASSE MIGRAÇÃO	43.650,18 ✓
1000112116	PARA 2000	03584058000118	00034668520108140301	CLASSE MIGRAÇÃO	44.880,31
1181110207	BOULEVARD SHOPPING BELEM S/A ✓	09137429000108	00252138720108140301 ✓	CLASSE MIGRAÇÃO	45.078,05 ✓
2620021992	HERNANI LAMEIRA DA SILVA FILHO	00000000000000	00072314920048140301	EXECUÇÃO	46.778,88
0900115569	CONSTRUTORA VILLA DEL REY S/A.	05246913000106	00370676320098140301	CLASSE MIGRAÇÃO	103.440,77
Total:					407.913,84

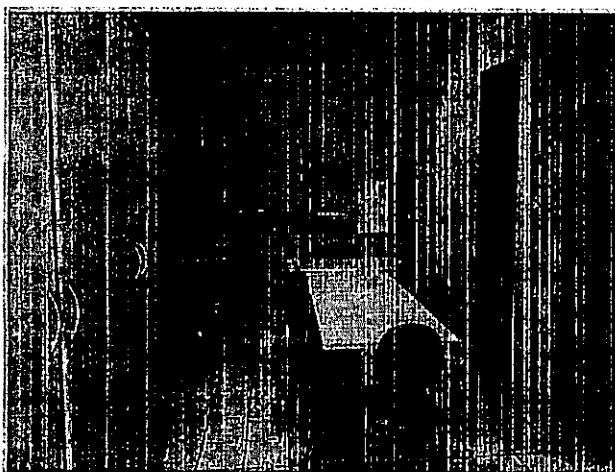
29



2ª VARA CÍVEL - GABINETE



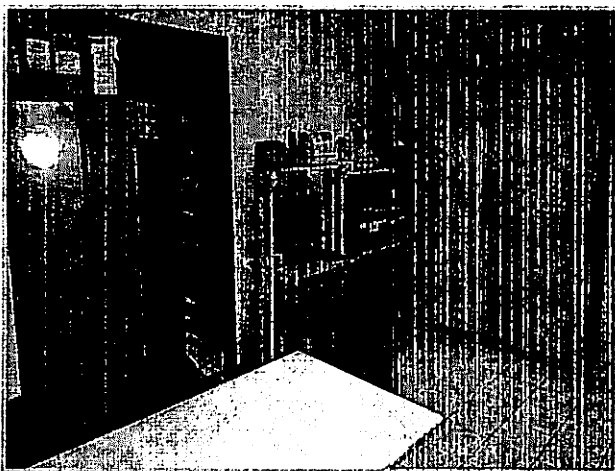
2ª VARA CÍVEL - GABINETE



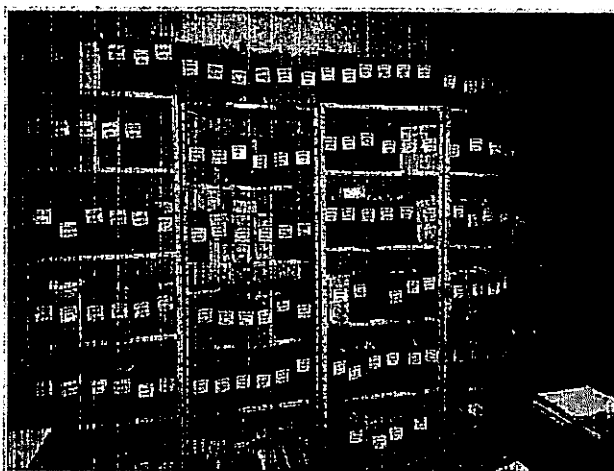
2ª VARA CÍVEL – SALA DE AUDIÊNCIAS



2ª VARA CÍVEL - ASSESSORIA



2ª VARA CÍVEL – SALA DE AUDIÊNCIAS

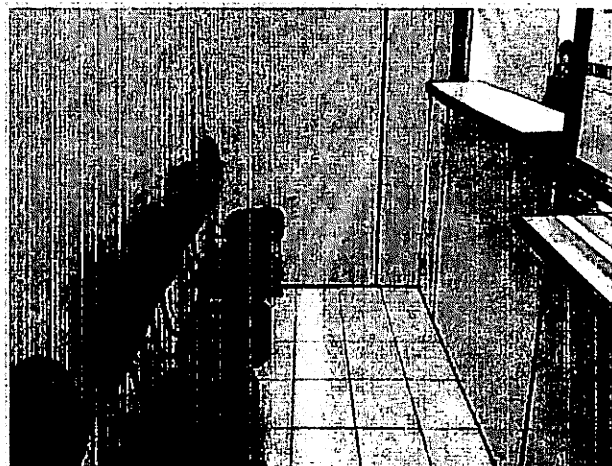


2ª VARA CÍVEL - ASSESSORIA

23/



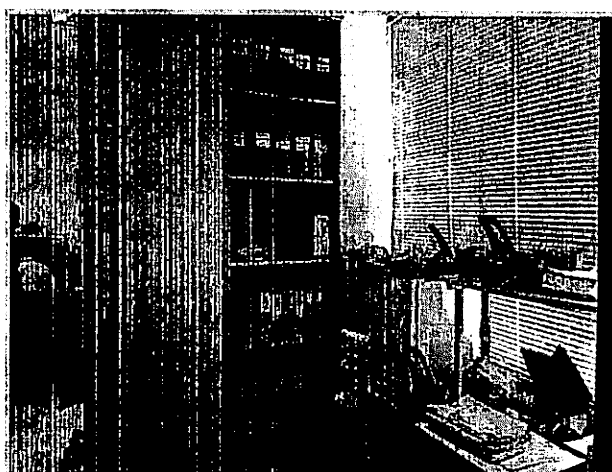
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL - ATENDIMENTO



SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL - ATENDIMENTO



SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL – ÁREA INTERNA



SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL – ÁREA INTERNA



SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL – RESERVADO



SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL – RESERVADO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

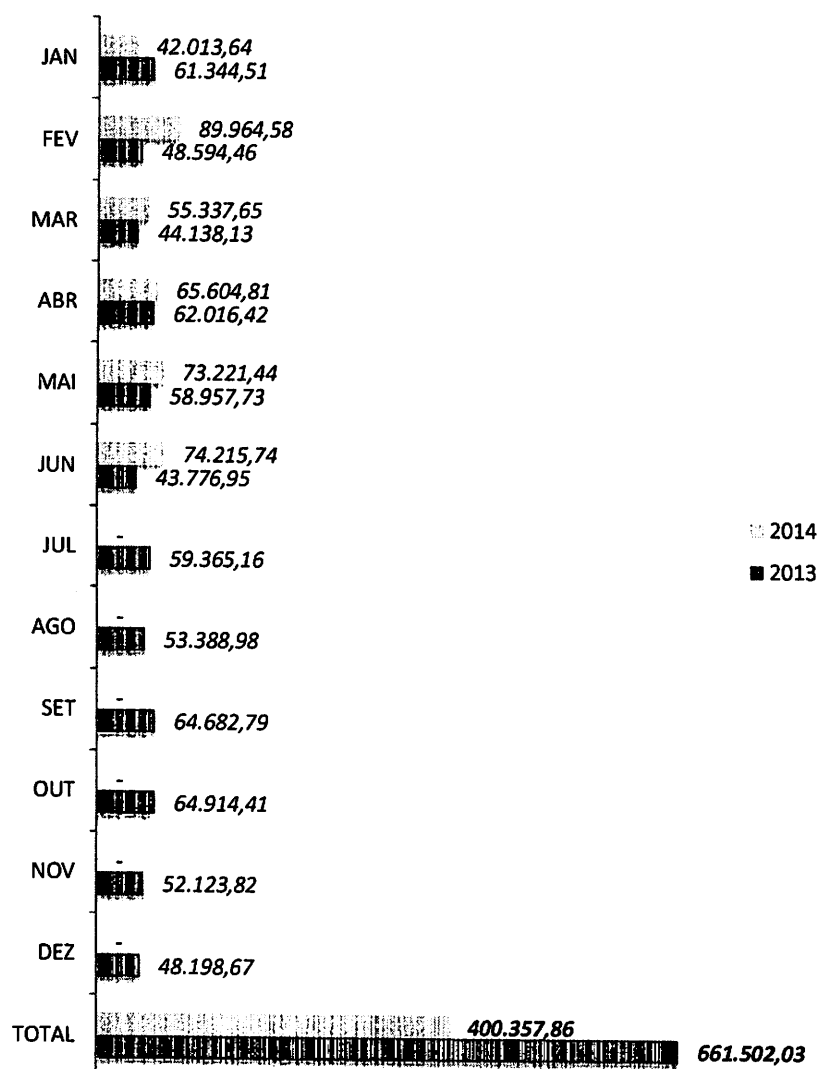
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

Capital 2ª Vara Cível

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 até jun/2014

(Custas Totais)

Valores em R\$





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

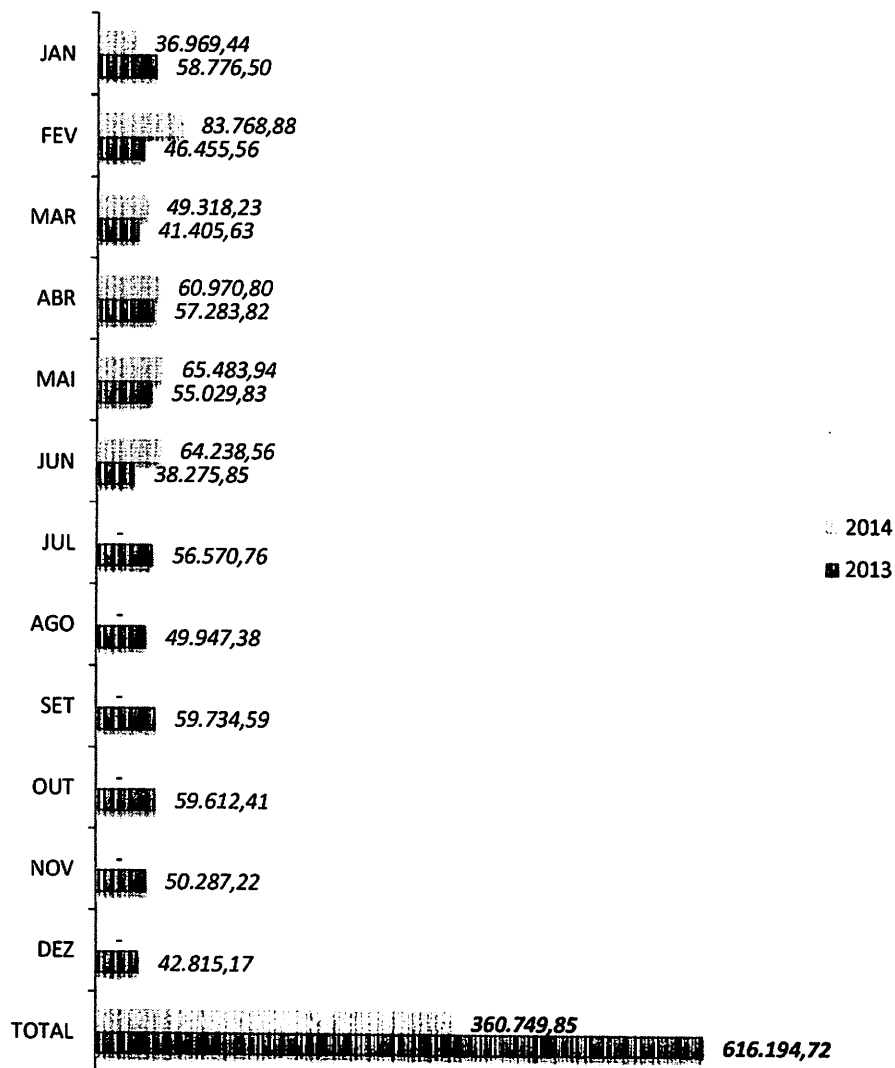
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

Evolução da Arrecadação Judicial – 2013 até junho/2014

(Custas Iniciais)

Valores R\$





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

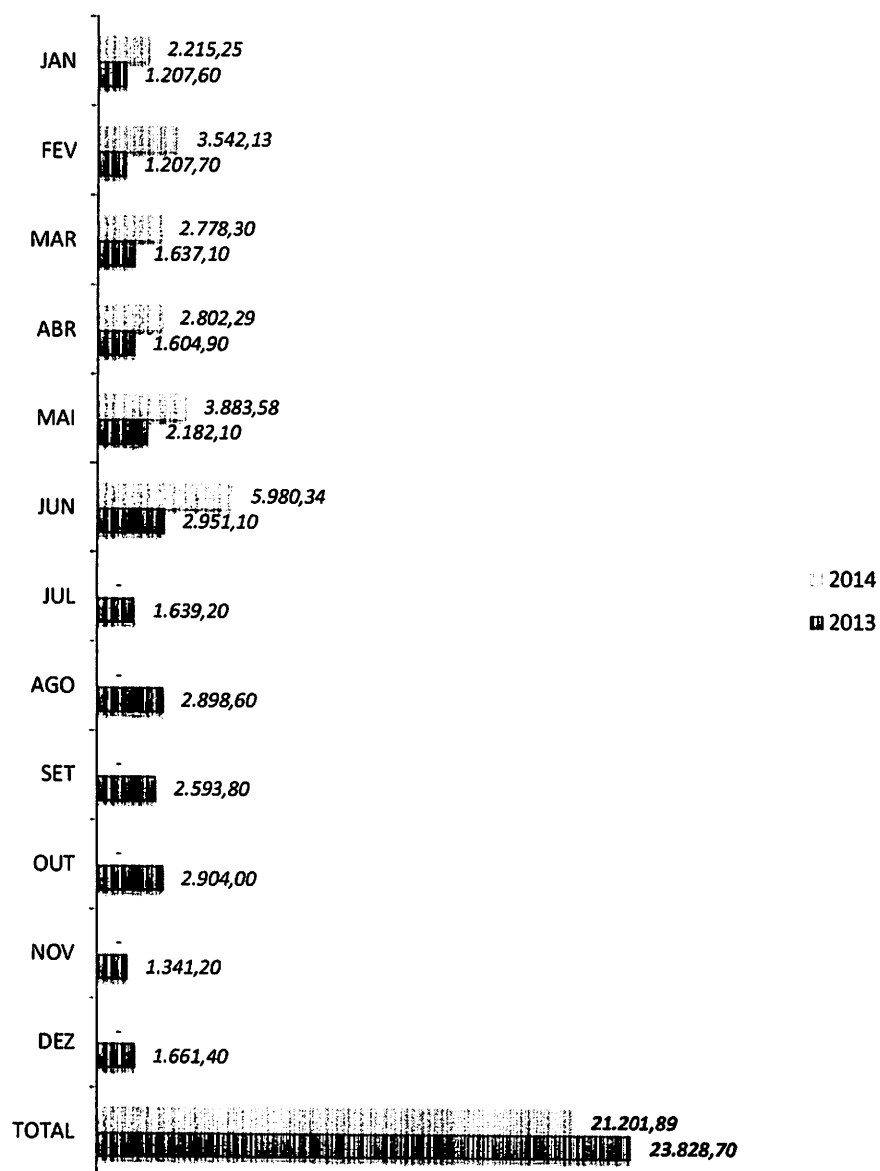
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 a Junho/2014

(Custas Intermediárias)

Valores em R\$





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

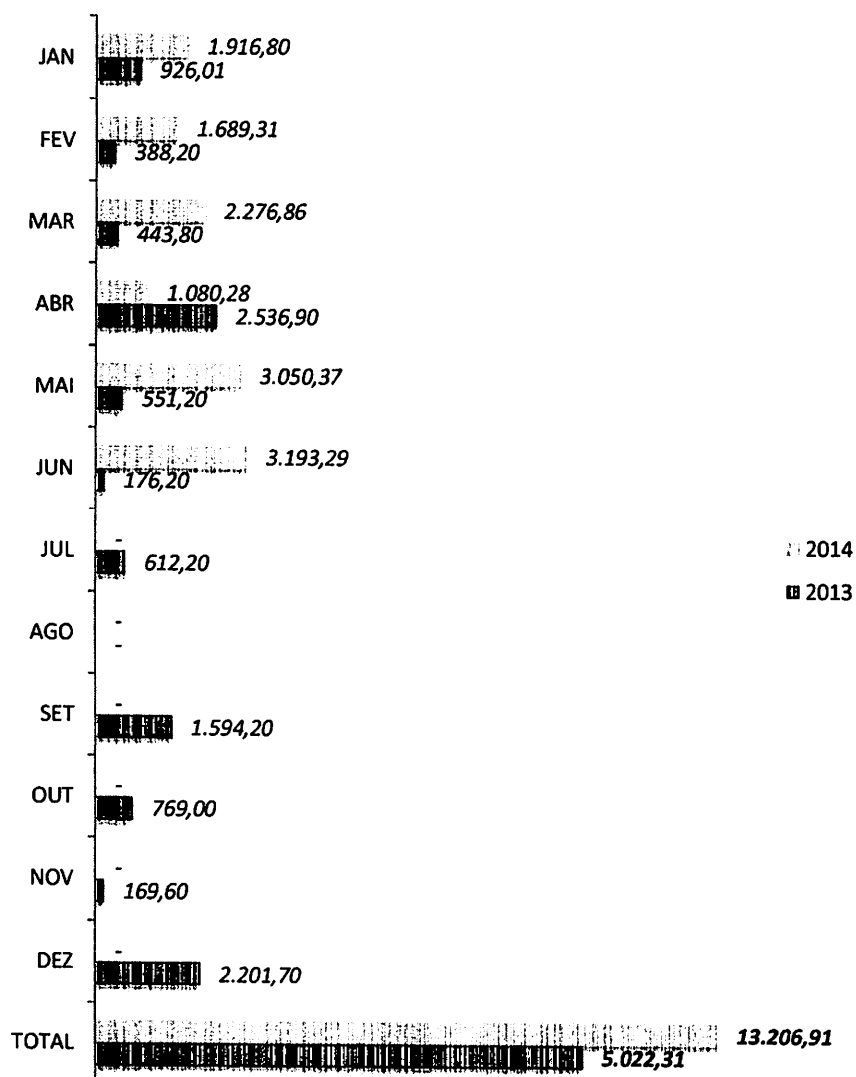
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 a Junho/2014

(Custas Finais)

Valores em R\$



35



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

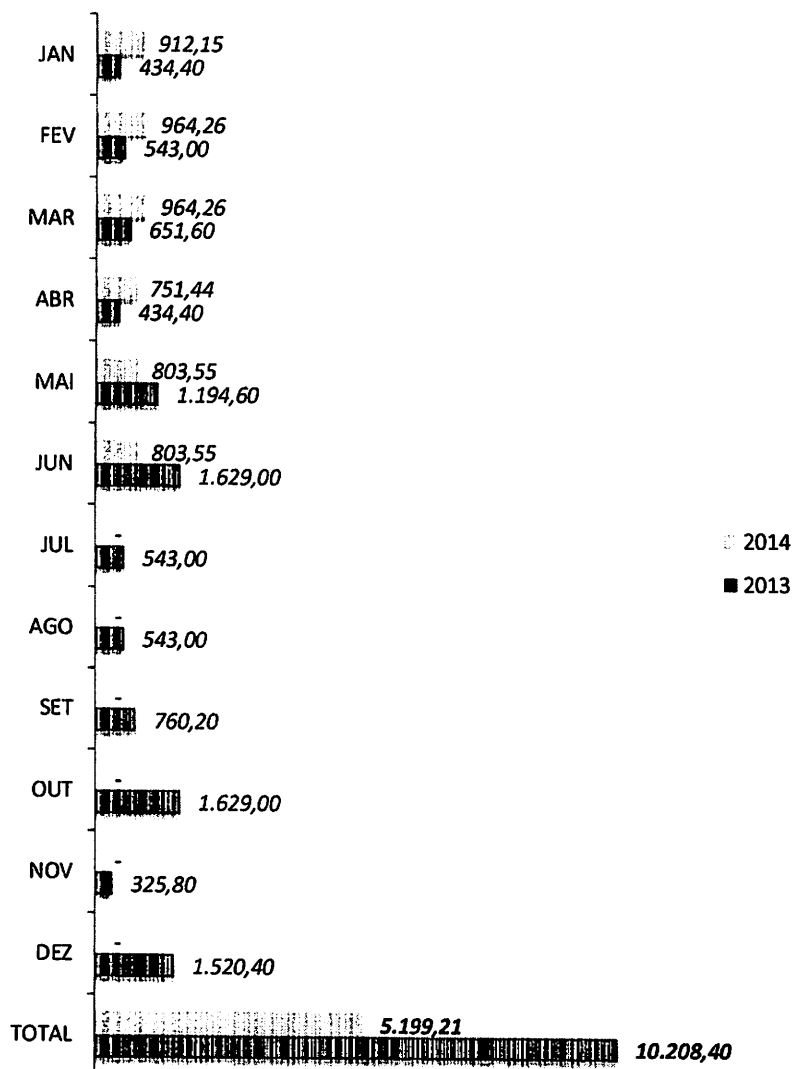
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 a Junho/2014

(Apelação)

Valores em R\$



24



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

Evolução da Arrecadação das Varas Cíveis da Capital

com a 2ª Vara Cível ocupando a 12ª posição no Ranking da Arrecadação Judicial entre as Varas Cíveis

2013 - Total Arrecadado por Vara

Valores em R\$

10ª VARA CÍVEL - 1ª	781.987,67
5ª VARA CÍVEL - 2ª	775.434,37
7ª VARA CÍVEL - 3ª	744.159,84
12ª VARA CÍVEL - 4ª	742.517,01
3ª VARA CÍVEL - 5ª	741.934,80
1ª VARA CÍVEL - 6ª	737.148,50
9ª VARA CÍVEL - 7ª	724.100,20
11ª VARA CÍVEL - 8ª	715.037,33
4ª VARA CÍVEL - 9ª	703.943,40
13ª VARA CÍVEL - 10ª	702.228,19
8ª VARA CÍVEL - 11ª	670.341,23
2ª VARA CÍVEL - 12ª	661.839,13

2ª Vara Cível ocupando a 8ª posição no Ranking da Arrecadação Judicial entre as Varas Cíveis

2014 (julho) - Total Arrecadado por Vara

Valores em R\$

10ª VARA CÍVEL - 1ª	513.457,77
7ª VARA CÍVEL - 2ª	510.275,16
5ª VARA CÍVEL - 3ª	506.801,35
9ª VARA CÍVEL - 4ª	482.365,64
12ª VARA CÍVEL - 5ª	477.391,16
11ª VARA CÍVEL - 6ª	465.702,32
1ª VARA CÍVEL - 7ª	463.101,74
2ª VARA CÍVEL - 8ª	455.106,45
3ª VARA CÍVEL - 9ª	432.489,44
8ª VARA CÍVEL - 10ª	421.779,95
13ª VARA CÍVEL - 11ª	416.369,73
4ª VARA CÍVEL - 12ª	394.938,52



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - SFJ

BELÉM, 05 DE AGOSTO DE 2014.

Cristina de Moraes Barata

André Luiz C. Serpa

Analista Judiciário-Fiscal de Arrecadação

Coordenação Geral de Arrecadação

Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Judiciais

Serviço de Fiscalização Judicial- SFJ

Fones: (91) 3205.32.52/32.51/38.57

E-mail: Cristina.barata@tjpa.jus.br / andre.serpa@tjpa.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

MEMORANDO Nº PA-MEM-2014/11576

Belém, 12 de agosto de 2014.

De: DIVISAO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DOS
SERVICOS JUDICIAIS

Para: CORREGEDORIA DA REGIAO METROPOLITANA DE BELEM

Assunto: Relatório

Ao Exmo. Dr. Silvio César dos Santos Maria

Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Encaminha-se para os devidos fins o relatório da Fiscalização da arrecadação das custas judiciais em conformidade com os fatos verificados durante a correição realizada na 2ª Vara Cível da Capital de acordo com o Edital 002/2014 (DJE 5424/2014 de 21.01.2014) - CJRMB.

Respeitosamente

ANDRE LUIZ CORDOVIL SERPA
FISCAL DE ARRECADAÇÃO

PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA
PROTOCOLO

NO. PROTOCOLO: 2014.6.009347-5

DATA...: 13/08/2014

CLASSE.: COMUNICADO

DESTINO: SECRETARIA CORREGEDORIA REGIAO METROPOL



Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ CORDOVIL SERPA.
Documento Nº: 66035-4157 - consulta à autenticidade em <http://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>

Classif. documental 01.01.00.02



PAMEM201411576A

38



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

RELATÓRIO DA ARRECADAÇÃO JUDICIAL

CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Fiscalização Ordinária: Edital nº 002/2014 (DJE 5424/2014 de 21.01.2014)

Comarca: Belém

Vara: 2ª Vara Cível da Capital

Juiz Titular: Dr. João Lourenço Maia da Silva

Diretor de Secretaria: Otávio Augusto de Oliveira Gama

Chefe da Unaj: Haroldo Azevedo Rodrigues

Fiscais de Arrecadação Judicial: André Luiz Cordovil Serpa e Cristina de Moraes Barata

Período da Fiscalização: 05 a 07.08.2014



Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ CORDOVIL SERPA.
Documento Nº: 66035.869900-4661 - consulta à autenticidade em <http://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



PAMEM201411576A

20

1. SÍNTESE DOS TRABALHOS

Realizou-se nos dias 05 a 07 de agosto de 2014 a fiscalização da arrecadação judicial na 2ª Vara Cível da Capital, com o objetivo de analisar os procedimentos de recolhimento de custas e fornecer informações à Coordenação Geral de Arrecadação.

A fiscalização ocorreu com a visita in loco na Secretaria da 2ª Vara Cível da Capital e foi procedida análise nos processos constantes nas amostras coletadas do Relatório das custas finais em aberto no Sistema Libra, no período de janeiro de 2013 a junho de 2014, e da coleta aleatória de processos, utilizando-se a técnica por amostragem.

O magistrado titular da 2ª Vara Cível é o Dr. João Lourenço Maia da Silva e são servidores lotados na Secretaria: o Diretor da Secretaria, Otávio Augusto de Oliveira Gama (Analista Judiciário); os Analistas Judiciários Luciana Rodrigues dos Santos, Maria do Socorro Belfort e Gerson Brito da Rocha; a Auxiliar Judiciária Milana Dias Quaresma e a Estagiária Jessica Maria de Souza Shikama.

Na sequência, avaliou-se a tramitação processual em relação cobrança das custas iniciais através da juntada dos boletos bancários pagos e das contas dos processos. Logo após, também foi analisada a emissão e o controle dos pagamentos das custas intermediárias e finais.

Por fim, apontam-se conclusões e são sugeridas orientações para o aperfeiçoamento na execução dos procedimentos do recolhimento das custas judiciais na vara em análise. A fim de incrementar a arrecadação da Vara, o que contribuirá para o alcance da meta do Planejamento Estratégico 2010/2014 "Aumentar a arrecadação do FRJ em 60%, sendo 10% no primeiro ano, 11% no segundo ano, 12% no terceiro ano, 13% no quarto ano e 14% no quinto ano".

2. FUNDAMENTAÇÃO

A inspeção dos procedimentos fundamentou-se no Código de Processo Civil, no que era aplicável, e nos Provimentos: 005/2002, 006/2006, 009/2008 e 010/2009 da Corregedoria Geral de Justiça do TJE/PA.

3. UNIDADES JUDICIÁRIAS

3.1. UNIDADE LOCAL DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA – UNAJ

A UNAJ existente é chefiada pelo Analista Judiciário: Haroldo Azevedo Rodrigues.

A Portaria de n.º. 0504/2010-GP, dispõe sobre o procedimento de estruturação da Unidade de Arrecadação Judiciária nas diversas Comarcas do Estado, estabelecendo em seu artigo 1º que a



UNAJ deverá funcionar em ambiente físico desmembrado de qualquer outro setor da organização do Fórum cujas atividades lhes sejam estranhas, bem como a vedação de acúmulo da função de Chefia da unidade. Nesse sentido, foi constatado que a UNAJ possui sala desvinculada de qualquer outro setor, contando, por ocasião da visita com os seguintes servidores: Keyla Simone Lopes da Costa, Vânia Cristina Pontes Costa e Paulo Cesar Barreto.

No que tange a exposição da tabela de custas em lugar de fácil acesso aos usuários da justiça, observou-se que a mesma estava à disposição no quadro de avisos do fórum e afixada na porta de acesso a UNAJ.

Com relação ao recolhimento das custas judiciais, nas fases inicial, intermediária e final, a chefia tem orientado a Secretaria para que remetam os autos à UNAJ, a fim de serem emitidas as custas judiciais do processo.

3.2. SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

O acervo processual em tramitação na Secretaria totaliza aproximadamente 2.197 (dois mil, cento e noventa e sete) processos de acordo com a contagem física informada pelo Diretor da Secretaria. Durante os trabalhos foram analisados 162 (cento e sessenta e dois) processos, que tramitam nas seguintes situações: custas não emitidas, custas emitidas e pagas, emitidas e não pagas com intimação da parte ou com o benefício da justiça gratuita deferida ao autor.

Com base na análise dos processos, obteve-se um total de 55 (cinquenta e cinco) amostras das seguintes classes de ação:

- ☐ Busca e Apreensão
- ☐ Reintegração de Posse
- ☐ Ordinária
- ☐ Execução
- ☐ Inventário
- ☐ Consignação em pagamento
- ☐ Cobrança
- ☐ Alvará
- ☐ Danos morais
- ☐ Prestação de contas

Na secretaria constatou-se que alguns procedimentos não são praticados de acordo com o Provimento 005/2002-CGJ, tais como:



- L2
- ☐ Encaminhamento dos autos para emissão das custas finais antes da prolação da sentença; e
 - ☐ Certificar os processos pendentes de pagamento das custas para fins de inscrição em Dívida Ativa.

Custas Iniciais

São custas emitidas antecipadamente, no momento da propositura da ação no Poder Judiciário.

Ressalta-se que foram localizados 05 (cinco) processos com custas pagas sem o relatório da conta processo juntado aos autos e 01 (um) processo com custas emitidas e não pagas, porém a gratuidade foi deferida ao autor desta forma deverá ser solicitado o cancelamento do boleto.

Nos demais processos analisados não foram percebidas irregularidades, custas emitidas e pagas no vencimento antes de serem distribuídas.

Custas Intermediárias

Originam-se nos atos praticados no decorrer do processo a partir da citação inicial até a prolação da sentença.

Na análise em questão verificou-se que 02 (dois) processos com custas não emitidas e 01 (um) com custas emitidas e não pagas.

Custas Finais

No que se refere às custas finais, o art. 4º, parágrafo 10 do Provimento 005/2002 – CGJ assim dispõe:

Art. 4º § 10 - A conta de custas finais pendente será feita pela UNAJ, em todos os processos antes da sentença que o encerra, em formulário denominado "Conta do Processo".

Em face ao momento do cálculo da finalização das custas processuais, observou-se que os processos são enviados à UNAJ somente após a prolação da sentença, onde são cobrados todos os atos praticados no andamento do feito e que não foram recolhidos. Nesse sentido, há uma redução considerável na eficiência do recolhimento das custas visto que um número reduzido de parte retorna para receber e pagar o boleto das custas finais quando encerrada a tramitação processual.

Destaca-se que conforme verificação há 05 (cinco) autos sem a emissão de custas, ou seja, ainda não finalizados e 20 (vinte) processos com custas emitidas e não pagas.



13

Observou-se que uma vez emitida a custa foi percebida a rotina de intimar a parte, para que efetue o pagamento da custa, por ato ordinatório publicado no diário da justiça; o que está em desacordo com o que determina o art. 17, § 2º da Lei 5.378/1993 – Regimento de Custas, o qual estabelece que a intimação para o pagamento das custas será de forma pessoal. Consequentemente, a rotina para a inscrição em Dívida Ativa também não é executada.

Carta Precatória

Na Secretaria, ocorre a cobrança apenas das custas de expedição do documento, já que o cumprimento das cartas ocorre pela vara específica de Cartas Precatórias.

Defensoria ou Benefício da Assistência Judiciária.

Art. 4º, da Lei 1.060/50 diz que à concessão dos benefícios da gratuidade judicial basta a simples afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família.

Segundo informação da Secretaria, dos processos em trâmite, cerca de 70% estão pela gratuidade. Foram identificados, por amostragem, 51 (cinquenta e um) processos pelo benefício da justiça gratuita, sendo que 05 (cinco) estavam pelo patrocínio da defensoria pública.

Inscrição na Dívida Ativa

Com relação ao procedimento de inscrição em Dívida Ativa (Manual de Rotinas, capítulo 01 Das Custas Judiciais, 1.5. Proc. Inscrição Dívida Ativa), a Vara não iniciou o processo de inscrição. Isto pode ser constatado na fiscalização realizada, uma vez que não foram localizados processos inscritos em Dívida Ativa. Quanto ao Diretor de Secretaria, ao ser questionado sobre os procedimentos, informou não conhecê-los. Destaca-se que conforme verificação há processos a serem inscritos, no entanto, a intimação da parte para que providencie o respectivo recolhimento das custas no prazo de 30 (trinta) dias, vem sem sendo feito pelo diário da justiça, o que esta em desacordo com o manual.

Diante desta situação, foram repassados ao Diretor materiais e orientações sobre a importância e como se proceder à inscrição em dívida ativa.

4. RECOMENDAÇÕES

Ao Diretor de Secretaria foram repassadas recomendações (ver página 7) com o intuito de tornar os procedimentos quanto ao recolhimento das custas judiciais mais eficientes e, assim, corrigir possíveis deficiências, propiciando a elevação da arrecadação judicial da Vara e, consequentemente, do FRJ.





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DIVISÃO DE ARRECAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL

Correição Ordinária: Edital nº 002/2014 - DJE 5424/2014 - (21.01.2014) CJRMB

Juiz Corregedor: Exmo. Dr. Silvio César dos Santos Maria

Juiz da Vara Cível: Exmo. Dr. João Lourenço Maria da Silva

Vara Inspeccionada: 2ª Vara Cível - Belém

Diretor do Secretário: Otávio Augusto de Oliveira Gama

Chefe da UNAJ: Haroldo Rodrigues

Fiscal da Arrecadação: André Luiz Cordovil Serpa

Fiscal de Arrecadação: Cristiana de Moraes Barata

Período de Fiscalização: 05 a 07.08.2014

Ciente.
Otávio Augusto de Oliveira Gama
Diretor do Secretário
2ª Vara Cível da Capital
M. J. T. J. E. / PA.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA

- 1-Encaminhar os processos para serem finalizados pela UNAJ antes envio dos autos ao Juiz para prolação da sentença, principalmente nos casos do pedido de desistência da ação, homologação de acordo e alegações finais. Em seguida, intimar as partes para o recolhimento das custas finais, a fim de regularizar a pendência antes da sentença; conforme Ofício Circular nº. 088/2008-CJRMB e art. 4º, § 10º do Provimento nº 005/02.
- 2-Observar para que o benefício da assistência judiciária não seja estendido para a parte que não o obteve;
- 3-Antes do arquivamento, verificar se há custas processuais pendentes. Caso estejam integralmente pagas, deverá ser emitida certidão pelo Diretor de Secretaria (art. 17 da Lei 5.738/93). Havendo atos pendentes de pagamento, o processo deverá ser encaminhado à UNAJ para emissão das custas finais, a fim de que seja emitido o boleto e posteriormente ocorra a intimação da parte. Não sendo efetuado o pagamento após o prazo de trinta dias contados da data de intimação (certidão do Oficial de Justiça ou juntada do AR), deverá ser extraída a respectiva certidão e realização dos procedimentos de inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme previsto no Manual de Rotinas - capítulo 01 - Custas processuais, item 1.5 Custas processuais não pagas;
- 4-Nos processos antigos com custas em aberto, diante da inexistência de dados das partes, providenciar a intimação do representante legal para a indicação dos mesmos, por meio do Diário de Justiça. Não havendo a indicação dos dados da parte devedora e, por conseguinte, a não inscrição do débito em Dívida Ativa pela SEFA, realizar a certificação do fato no processo e encaminhar para o conhecimento do Juiz do feito para que os autos possam ser arquivados. Destaca-se que nessa situação, a Secretaria deverá adotar um controle dos processos que não foram possíveis inscrever em Dívida Ativa.

Belém, 07 de agosto de 2014.

André Luiz Cordovil Serpa
André Luiz Cordovil Serpa
Fiscal da Arrecadação Judicial

Cristiana M. Barata
Cristiana de Moraes Barata
Fiscal de Arrecadação Judicial



45

5. CONCLUSÃO

Diante a fiscalização realizada na Secretaria da 2ª Vara Cível da Capital, por meio da análise dos processos por amostragem. Observou-se que grande parte dos processos tramita com o Benefício da Assistência Judiciária ou pela Defensoria Pública.

Constatou-se, ainda, que a Secretaria não segue o art. 4º, parágrafo 10 e o artigo 11 do Provimento nº 005/2002-CGJ, quanto ao não arquivamento dos processos sem que haja certificação quanto ao pagamento das custas finais, assim como a emissão da certidão para inscrição em Dívida Ativa do Estado. Diante dos fatos, não há inscrição em Dívida Ativa dos processos em fase de arquivamento com custas finais pendentes de pagamento.

Com efeito, constatou-se que a vara apresenta bom desempenho no recolhimento das custas iniciais e intermediárias. No que tange a arrecadação das custas finais, estas merecem atenção especial, visto que não são emitidas no momento oportuno e a rotina de intimar a parte para que efetue o devido pagamento das custas já emitidas, ocorre por ato ordinatório publicado no diário da justiça estadual e não intimando a parte de forma pessoal. Impactando, assim, negativamente o recolhimento das custas.

Destaca-se a prática na Secretaria de alguns procedimentos à emissão de custas, que está em desacordo com o Provimento Nº. 005/2002 e as instruções da Corregedoria, conforme abaixo:

- ☐ A não realização do procedimento de finalização dos processos antes da sentença;
- ☐ Quando emitido o boleto das custas finais não há a devida intimação para o conhecimento e pagamento das custas;
- ☐ Processos já sentenciados a serem arquivados sem a devida intimação para o recolhimento de custas pendentes; e
- ☐ Processos sem o recolhimento das custas não inscritos na Dívida Ativa.

Ressalte-se que, ao avaliar o desempenho da arrecadação judicial da 2ª Vara Cível da Capital, de janeiro a julho de 2014, verifica-se que o total arrecadado de R\$ 455.106,45 a coloca na 8ª posição no ranking da arrecadação entre as Varas Cíveis da Capital. Demonstrando um melhor desempenho da arrecadação das custas, em 2014, com o aumento de 20,34% em relação ao mesmo período do ano de 2013, que arrecadou R\$ 378.193,36. Abaixo estão os gráficos que demonstram a evolução da arrecadação entre as Varas Cíveis da Capital.

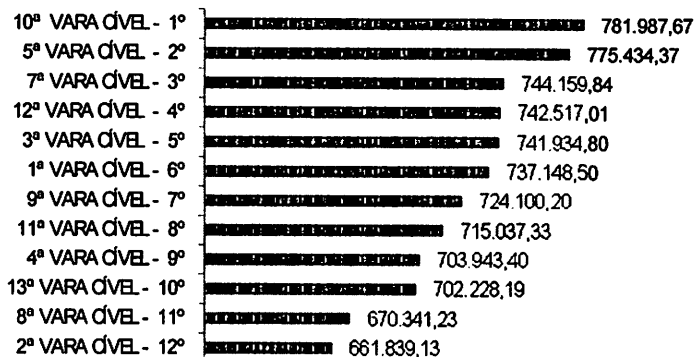


Lib

Evolução da Arrecadação das Varas Cíveis da Capital
com a 2ª Vara Cível ocupando a 12ª posição no Ranking da Arrecadação Judicial entre as Varas Cíveis

2013 – Total Arrecadado por Vara

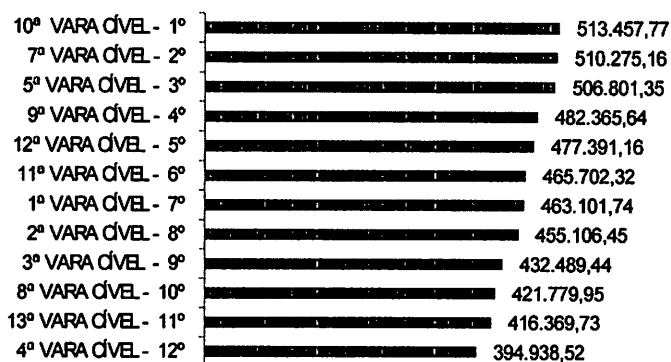
Valores em R\$



2ª Vara Cível ocupando a 8ª posição no Ranking da Arrecadação Judicial entre as Varas Cíveis

2014 (julho) – Total Arrecadado por Vara

Valores em R\$

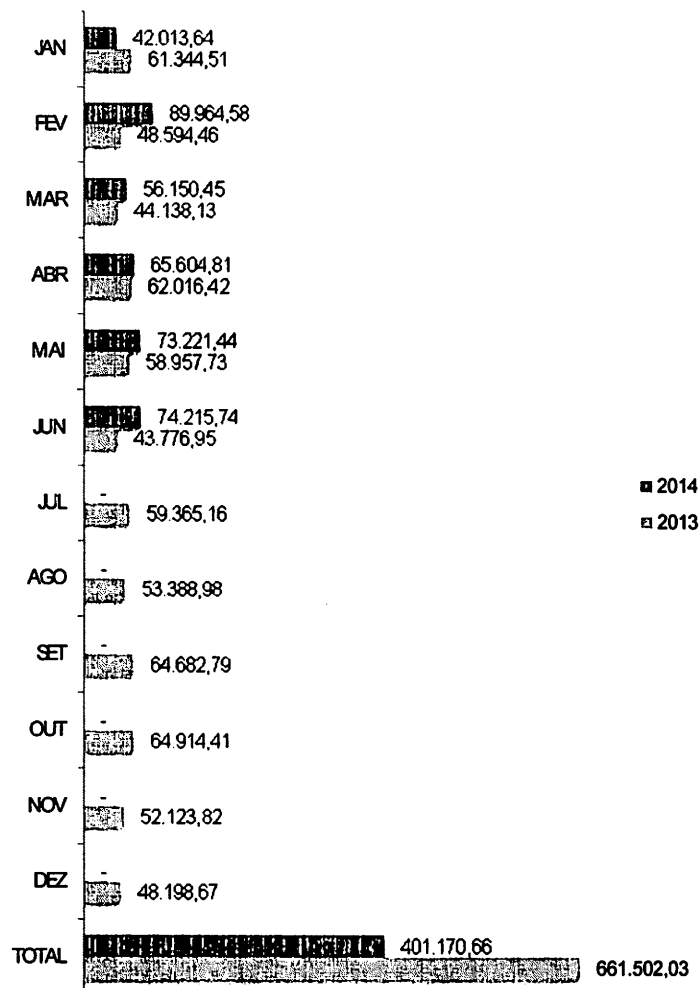


Analisando-se a variação no recolhimento das custas totais, no primeiro semestre de 2014, R\$ 361.562,65 refere-se a custas iniciais o que representa 90% da arrecadação total da Vara. R\$ 21.201,89 são de custas intermediárias e R\$ 13.206,91 de custas finais, representando 5% e 3% respectivamente da arrecadação total. Os gráficos a seguir demonstram o comportamento da arrecadação na 2ª Vara Cível da Capital.



47

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 até jun/2014
(Custas Totais)
Valores em R\$

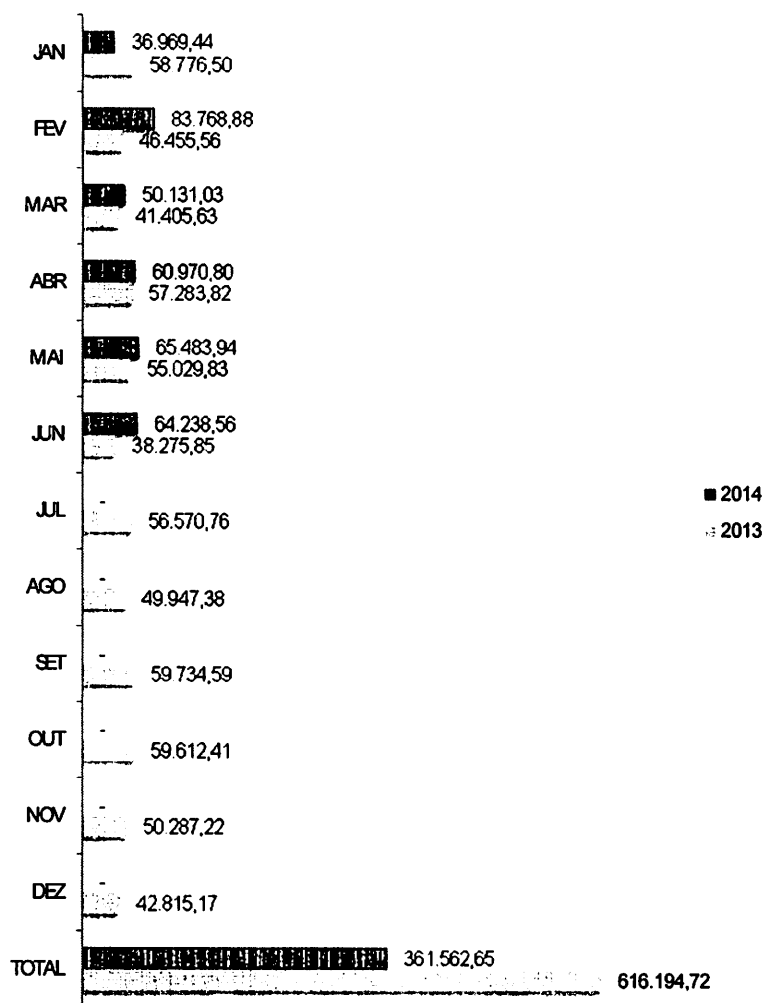


Importante destacar que em 2014 (janeiro a junho) a 2ª Vara Cível no Mapa Evolutivo da Arrecadação, destacando-se a maior arrecadação no mês de fevereiro com R\$ 89.964,58 e no mês de janeiro apresentou a menor arrecadação com R\$ 42.013,64.



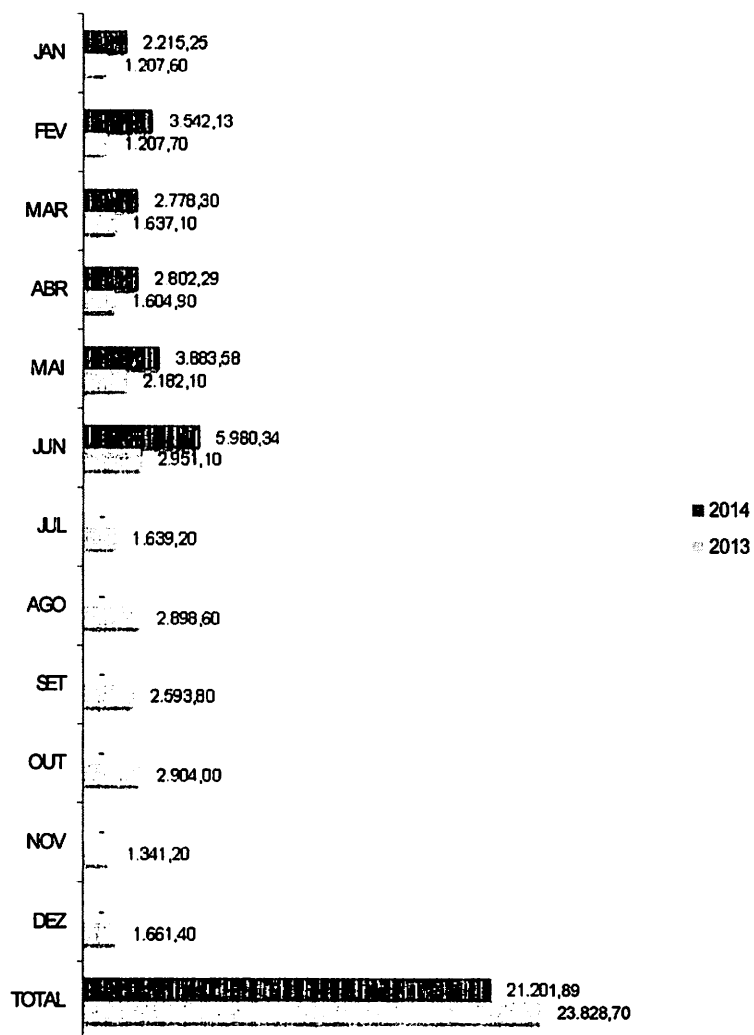
LA

Evolução da Arrecadação Judicial – 2013 até junho/2014
(Custas Iniciais)
Valores R\$



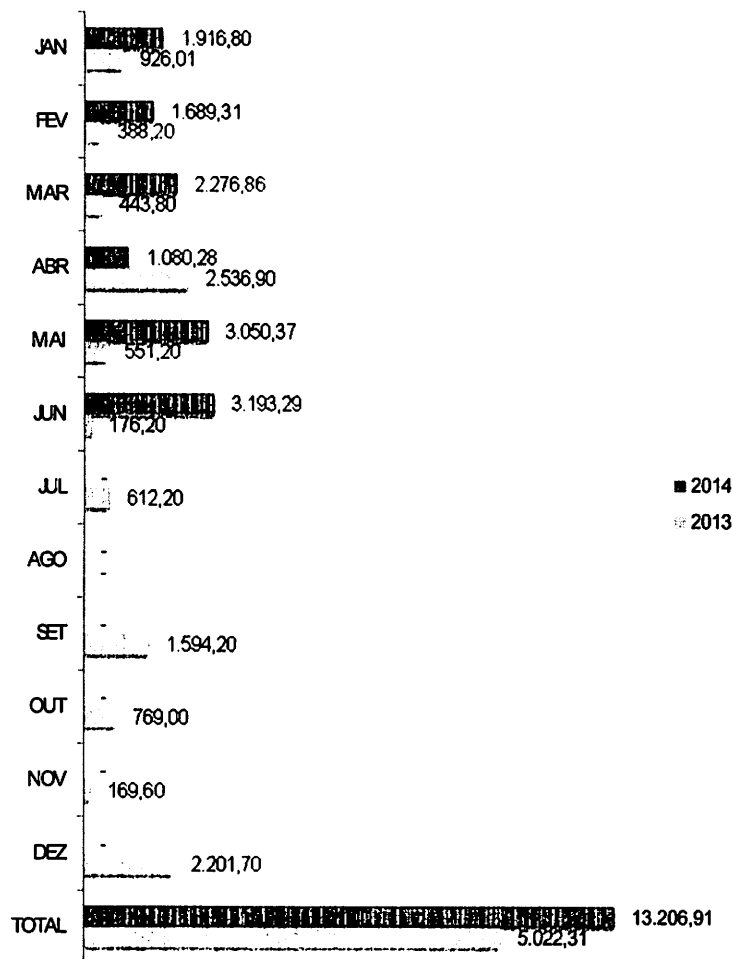
19

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 até Junho/2014
(Custas Intermediárias)
Valores em R\$



50

Evolução da Arrecadação Judicial- 2013 até junho/2014
(Custas Finais)
Valores em RS



Enfim, durante a fiscalização foram repassadas instruções acerca dos procedimentos à emissão das custas judiciais e recomendações para que seja observado o disposto na Legislação da Arrecadação Judicial, a fim de alcançar melhores e estáveis resultados no recolhimento das custas.



51

PROCESSOS ANALISADOS (AMOSTRAGEM):
SECRETARIA DA VARA ÚNICA

CUSTAS INICIAIS	
CUSTAS PAGAS	
1	
PROCESSO	0018180-53.2012.814.0301
CLASSE	Execução de título extrajudicial
Nº BOLETO (Guia)	2012027784
OBSERVAÇÃO	
2	
PROCESSO	0026478-04.2007.814.0301
CLASSE	Execução de título extrajudicial
Nº BOLETO	2007057288
OBSERVAÇÃO	Sem relatório da conta processo
3	
PROCESSO	0034470-71.2010.814.0301
CLASSE	Execução de título extrajudicial
Nº BOLETO	2010066825
4	
PROCESSO	0054511-34.2012.814.0301
CLASSE	Execução de título extrajudicial
Nº BOLETO	2012070283
OBSERVAÇÃO	
5	
PROCESSO	0019636-91.2008.814.0301
CLASSE	Busca e Apreensão
Nº BOLETO	2008036782
OBSERVAÇÃO	Sem conta processo
6	
PROCESSO	0034763-79.2013.814.0301
CLASSE	Busca e Apreensão
Nº BOLETO	2013043060
OBSERVAÇÃO	Sem conta processo
7	
PROCESSO	0005633-78.2012.814.0301
Nº BOLETO PAGO	2012013981
OBSERVAÇÃO	Sem o relatório de conta processo da inicial
8	
PROCESSO	0009698-4.2014.814.0301
Nº BOLETO	2014014313
OBSERVAÇÃO	Sem o relatório de conta processo da inicial
9	
PROCESSO	0052559-83.2013.814.0301
Nº BOLETO	2013070064



52

10	
PROCESSO	0021611-95.2012.8140301
Nº BOLETO	2012032275
11	
PROCESSO	0020101-60.2011.8140301
Nº BOLETO	2011035426
12	
PROCESSO	0006778-04.2014.8140301
Nº BOLETO	2014001180
CUSTAS EMITIDAS E NÃO PAGAS	
1	
BOLETO	2013098276
PROCESSO	0067965-47.2013.814.0301
CLASSE	Execução de título extrajudicial
OBSERVAÇÃO	Deferida a gratuidade, posteriormente, custas ainda esta em aberto.
CUSTAS INTERMEDIÁRIAS	
CUSTAS PAGAS	
1	
PROCESSO	0038328-13.2002.814.0301
CLASSE	Execução
boleto	2011052417
2	
PROCESSO	0021725-34.2012.814.0301
CLASSE	Execução
Nº BOLETO	2013076685
3	
PROCESSO	0002440-21.2013.8140301
Nº BOLETO 1	2013052781 (Segundo e demais mandados de intimação)
Nº BOLETO 2	2013078072 (Segundo e demais mandados de intimação)
4	
PROCESSO	0009111-60.2013.8140301
Nº BOLETO	2013081591 (segundo e demais mandados de citação)
5	
PROCESSO	0011569-32.2006.8140301
Nº BOLETO	2013027334 (ofícios, alvará e postagem)
6	
PROCESSO	0021621-26.2011.8140301
Nº BOLETO	2014034650 (ofício)
7	
PROCESSO	0023450-24.2013.8140301
Nº BOLETO	2014060973 (segundo e demais mandados de citação)



53

CUSTAS NÃO EMITIDAS	
1	
PROCESSO	0011927-69.1996.814.0301
CLASSE	Execução
OBSERVAÇÃO	Dois ofícios sem emissão de custas/ ficaram de certificar porque não foi cobrado custas
2	
PROCESSO	0025199-39.2009.814.0301
OBSERVAÇÃO	Ofícios expedidos sem o devido pgto. da custas
CUSTAS EMITIDAS E NÃO PAGAS	
1	
PROCESSO	0036643-28.2008.814.0301
BOLETO	2014017503
OBSERVAÇÃO	Ato de mandado de intimação expedido sem o pgto. da custas
CUSTAS FINAIS	
CUSTAS PAGAS	
1	
PROCESSO	0027297-25.2009.814.0301
CLASSE	Produção antecipada de provas
	2014003271- 16.01.2014
2	
PROCESSO	0017039-96.2012.814.0301
Nº BOLETO	2014042602
CUSTAS NÃO EMITIDAS	
1	
PROCESSO	0037129-23.2008.814.0301
OBSERVAÇÃO	Processo sem finalização pela unaj - sentenciado 10.06.2014
2	
PROCESSO	0029185-38.2013.814.0301
OBSERVAÇÃO	Processo sem finalização pela unaj - sentenciado 16.06.2014
3	
PROCESSO	0027242-83.2013.814.0301
OBSERVAÇÃO	
4	
PROCESSO	0036924-33.2011.814.0301
CLASSE	Despejo
OBSERVAÇÃO	Processo sem finalização pela unaj - sentenciado 18.06.2014
5	
PROCESSO	0060405-54.2013.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
OBSERVAÇÃO	Sentença 06.2014- sem finalização pela Unaj



54

CUSTAS EMITIDAS E NÃO PAGAS	
1	
BOLETO	2014043676 - 29/05/2014
PROCESSO	0004622-28.2010.814.0301
CLASSE	Despejo
OBSERVAÇÃO	Sentenciado - 03.10.2013- intimação diário de justiça
2	
BOLETO	2014043634 - 29/05/2014
PROCESSO	0039218-96.2010.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
OBSERVAÇÃO	Sentença 23.10.2013- intimação diário de justiça
3	
BOLETO	2014043662 - 29.05.2014
PROCESSO	0035109-77.2010.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
OBSERVAÇÃO	Sentença 31.01.2014- intimação diário de justiça
4	
BOLETO	2014043663 - 29.05.2014
PROCESSO	0036732-68.2008.814.0301
CLASSE	Reintegração de posse
OBSERVAÇÃO	Sentença 14.05.2014 - intimação por diário de justiça
5	
BOLETO	2014043562- 28.05.2014
PROCESSO	0014266-51.2007.814.0301
CLASSE	Cobrança
OBSERVAÇÃO	Sentença 28.05.2014-intimação diário de justiça
6	
BOLETO	2014043673- 29.05.2014
CLASSE	Reintegração de posse
PROCESSO	0016311-74.2010.814.0301
OBSERVAÇÃO	Sentença 11.10.2013-intimação diário de justiça
7	
PROCESSO	0006379-07.2007.814.0301
CLASSE	Inventário
Nº BOLETO	2014043689 - 29/05/2014
OBSERVAÇÃO	Já sentenciado acordo homologado, em 17.10.2013, justiça gratuita no início
8	
PROCESSO	0005075-46.1994.814.0301
CLASSE	Execução
Nº BOLETO	2014048862-13/06/2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 05.12.2011/11.06.2014- intimação diário de justiça
9	
PROCESSO	0009834-61.2010.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
Nº BOLETO	2014043649 - 29/05/2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 09.04.2014- intimação diário de justiça



55

10	
PROCESSO	0050365-39.2010.814.0301
CLASSE	Reintegração de posse
Nº BOLETO	2014043682 - 29.05.2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 13.11.2013-intimação diário de justiça
11	
PROCESSO	0049763-18.2009.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
Nº BOLETO	2014043636 - 29.05.2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 09.04.2014-intimação diário de justiça
12	
PROCESSO	0024977-06.2010.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
Nº BOLETO	2014043651 - 29.05.2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 14.04.2014-intimação diário de justiça
13	
PROCESSO	0018476-75.2012.814.0301
CLASSE	Consignação em pagamento
Nº BOLETO	2014043625 - 29.05.2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 14.05.2014-intimação diário de justiça
14	
PROCESSO	0023963-45.2006.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
Nº BOLETO	2014043667 - 29.05.2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 28.05.2014-intimação diário de justiça
15	
PROCESSO	0000900-35.2011.814.0301
CLASSE	Busca e apreensão
Nº BOLETO	2014043675 - 29.05.2014
OBSERVAÇÃO	Sentenciado 25.04.2013-intimação diário de justiça
16	
PROCESSO	0000467-71.2002.814.0301
CLASSE	Inventário
Nº BOLETO	2013038852 - 05.06.2013
OBSERVAÇÃO	S' sentença - s/ intimação p/ pgto de custas
17	
PROCESSO	0012536-65.1993.814.0301
CLASSE	Execução
Nº BOLETO	2014027934 - 04.04.2014
OBSERVAÇÃO	S' sentença - s/ intimação p/ pgto de custas
18	
PROCESSO	0020381-23.2002.814.0301
CLASSE	Monitoria
Nº BOLETO	2014019724 - 10.03.2014
OBSERVAÇÃO	sentença- 10.06 - intimação diário de justiça
19	
PROCESSO	00263292-17.2001.814.0301
Nº BOLETO	2014020336 - 11.03.2014
OBSERVAÇÃO	S' sentença- solicitação de dilação prazo 14.03. sem intimação



56

20	
PROCESSO	0065083-49.2012.814.0301
CLASSE	Procedimento Ordinário
Nº BOLETO	2013099044 - 16.12.2013
OBSERVAÇÃO	S' sentença- sem intimação
BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA	
DEFERIDO	
1	
PROCESSO	0026954-15.2010.8140301
2	
PROCESSO	0003808-31.2014.8140301
3	
PROCESSO	0036473-08.2011.8140301
4	
PROCESSO	0037592-78.2010.8140301
5	
PROCESSO	0059933-87.2012.8140301

Em anexo o documento:

- ☐ Ranking das Melhores Arrecadações de Custas Judiciais.



57

ANEXO



[illegible]

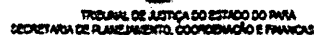
Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ CORDOVIŁ SERPA.
Documento Nº: 66035, 8639900-4661 - consulta à autenticidade em <http://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



PAMEM201411576A

20

58

[illegible]

15



Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ CORDOVI SERPA.
Documento Nº: 86035.869800-4661 - consulta à autenticidade em <http://apps.tjpe.br/signa-autenticidade/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

RELÓRIO DA ADEQUAÇÃO JUDICIAL - DEZEMBRO/2021

POSIÇÃO	COMARCA	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	maio/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	TOTAL	SITUAÇÃO	Variação em %
1º	BRASILIA	674,30	1.457,00	-	1.867,30	26,10	748,00	2.115,40	-	26,10	-	331,70	613,00	7.852,00	Adequado	61,12%
2º	ACARAETANGA	-	-	142,00	-	1.033,40	-	2.295,00	811,20	333,10	1.722,00	-	1.581,40	7.663,70	Adequado	-
3º	ACARAETANGA DO ARAU	135,00	410,40	1.820,57	-	178,10	1.442,90	-	-	420,11	1.455,00	1.053,10	272,00	7.387,02	Quase	-74,58%
4º	ALAJES	600,00	503,00	142,40	135,00	-	-	521,07	932,20	-	842,00	1.054,00	1.420,40	6.411,53	Adequado	30,50%
5º	ALAJES	-	772,00	-	-	80,20	-	1.230,54	1.059,20	1.332,50	343,40	459,00	-	6.478,37	Quase	-102,00%
6º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	1.420,40	459,00	-	-	-	-	1.442,10	427,50	1.053,70	5.251,52	Quase	-33,79%
7º	ALAJES DO ARAU	1.179,00	769,00	333,10	-	-	-	-	682,67	672,90	-	169,00	1.670,00	5.300,77	Adequado	770,54%
8º	ALAJES DO ARAU	402,10	333,70	300,70	210,00	-	430,00	749,40	-	1.430,20	303,20	402,10	457,41	5.123,34	Adequado	14,53%
9º	ALAJES	420,40	-	1.021,25	178,10	333,70	115,00	291,40	-	2.251,70	292,70	-	-	4.670,72	Quase	-
10º	ALAJES DO ARAU	71,40	-	950,70	748,40	420,51	-	-	-	135,00	402,31	1.913,20	333,70	4.670,72	Quase	-77,59%
11º	ALAJES DO ARAU	507,10	1.103,70	133,00	-	-	411,34	150,40	411,40	333,10	-	-	-	3.113,74	Quase	-
12º	ALAJES	-	-	-	-	-	430,61	-	411,69	-	-	237,00	-	1.131,30	Quase	-100,00%
13º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
38º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
41º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
43º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
46º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
47º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
48º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
49º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
51º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
53º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
55º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
56º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
57º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
58º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
59º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
62º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
63º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
66º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
67º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
68º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
69º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
70º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
71º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
72º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
74º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
75º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
76º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
77º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
78º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
79º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
80º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
83º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
87º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
93º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
94º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
96º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
97º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
101º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
102º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
103º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
104º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
105º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
106º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
107º	ALAJES DO ARAU	-	-	-	-	-										



Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ CORDOVI, SERPA.
Documento Nº: 66035.869800-4661 - consulta à autenticidade em <http://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

RELATÓRIO DA APROVAÇÃO ANUAL - DESEMPENHO

POSICÃO	COMUNICAR A INSTALAR	junho	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor	setor
1º	PLANO	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
2º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
3º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
4º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
5º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
6º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
7º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
8º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
9º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
10º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
11º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
12º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
13º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
14º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
15º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
16º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
17º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
18º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
19º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
20º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
21º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
22º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
23º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
24º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
25º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
26º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
27º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
28º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
29º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
30º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
31º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
32º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
33º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
34º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
35º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
36º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
37º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
38º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
39º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
40º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
41º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
42º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
43º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
44º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
45º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
46º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
47º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
48º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
49º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
50º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
51º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
52º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
53º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
54º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
55º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
56º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
57º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
58º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
59º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
60º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
61º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
62º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
63º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
64º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
65º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
66º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
67º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
68º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
69º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
70º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
71º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
72º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
73º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
74º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
75º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
76º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
77º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
78º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
79º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
80º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
81º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
82º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
83º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
84º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
85º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
86º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
87º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
88º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
89º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
90º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
91º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
92º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
93º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
94º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
95º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
96º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
97º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
98º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
99º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
100º	PLANO DE	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

OBSERVAÇÃO: (*) As Comarcas de Anapu, Itaituba e Várzea do Rio Negro foram criadas pela Lei nº 7.762/2011, conforme publicação no DOEPA em 23/12/2011.
(**) Os Termos Judiciários de Anapu e Itaituba foram transformados em Comarcas pela Lei nº 7.762/2011, conforme publicação no DOEPA em 23/12/2011.

61





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

PROCESSO Nº 2014.6.001209-5
CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL

DECISÃO/OFÍCIO Nº ____/2014 - ____ - CJRMB

Considerando a necessidade de cumprimento das recomendações contidas no relatório de Correição Ordinária realizada pelo Exmo. Juiz Corregedor, Dr. Silvio César dos Santos Maria no **JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL**, no período de 05 a 07 de agosto 2014 disponível no sítio deste Órgão Correcional ([HTTP://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Corregedoria-da-Região-Metropolitana/188-Relatório-de-Correicoes.xhtml](http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Corregedoria-da-Região-Metropolitana/188-Relatório-de-Correicoes.xhtml)), acolho-as em sua totalidade e **DETERMINO** expedição de Ofício ao Juízo Correcionado, a fim de que tome conhecimento das recomendações elencadas, com vistas ao seu cumprimento, nos prazos estabelecidos, e posterior comunicação a esta Corregedoria de Justiça.

Outrossim, devem os presentes autos ficar acondicionados na Secretaria deste Órgão Correcional aguardando a resposta do Juízo Correcionado.

Utilize-se o presente como ofício a ser encaminhado ao **JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL**, a fim de dar ciência da presente decisão.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, 12 de setembro de 2014

R. Valle

Des. RONALDO VALLE
Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém